



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TRÁFICO DE ARMAS

EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0817/06	DATA: 06/06/06
INÍCIO: 14h36min	TÉRMINO: 16h35min	DURAÇÃO: 01h59min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 1h58min	PÁGINAS: 47	QUARTOS: 24

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

PAULO ANTENOR DE OLI VEIRA - Presidente do Sindicato Nacional dos Técnicos da Receita Federal — SINDIRECEITA.
FRANCISCO CARLOS GARISTO - Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais — FENAPEF.

SUMÁRIO: Debate sobre a atuação da Polícia Federal e da Receita Federal na fiscalização de portos e fronteiras. Votação e aprovação do Requerimento nº 240, de 2006.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Há termos ininteligíveis.
Há intervenção inaudível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 70ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as organizações criminosas do tráfico de armas.

Informo aos Srs. Parlamentares que a ata da 69ª reunião foi distribuída.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Peço a dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Muito obrigado.

O Deputado Luiz Couto solicita a dispensa de leitura.

Dispensada a leitura, coloco a ata em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

A presente reunião foi convocada para ouvir o Sr. Paulo Antenor de Oliveira, Presidente do Sindicato Nacional dos Técnicos da Receita Federal, e o Sr. Francisco Carlos Garisto, Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais, e ainda para deliberação de requerimentos.

Convido os 2 a se fazerem presentes aqui na Mesa.

Quero informar que hoje pela manhã estivemos reunidos com o Conselho Federal da OAB e tivemos uma boa reunião. Claro que as versões podem ser diferentes, mas a reunião em si foi bastante proveitosa. Colocaram-se vários problemas, o uso de advogados por organizações criminosas. Colocou-se um novo processo penal, uma nova lei de execuções penais. Colocou-se o problema do uso de celular, da revista do advogado. Enfim, foram colocados vários problemas, e vimos a vontade do Plenário do Conselho de se unir à CPI nessa luta contra o crime organizado. Então, foi uma boa reunião.

Ficamos estarecidos com uma notícia que recebemos na OAB, por um dos conselheiros, de que bandidos estão entrando na Faculdade de Direito e intimidando os professores a passá-los. Quer dizer, isso para mim foi uma coisa bem estarecedora.

E colocamos lá também, através do Deputado Raul Jungmann, um pedido de investigação preliminar acerca de advogados que agem com o crime organizado no Estado de São Paulo. Esses advogados, a princípio, podem ser só representantes jurídicos dos acusados, mas a investigação é justamente para constatar se são só representantes jurídicos ou se estão fazendo trabalho de pombo-correio entre os acusados.



Então, foi uma boa reunião, bastante produtiva, na sua íntegra. Recebemos de todos os conselheiros muito incentivo para continuar essa luta da CPI, o que é bastante importante para nós.

Pergunto ao Sr. Paulo Antenor de Oliveira e ao Sr. Francisco Carlos Garisto, irmão meu da Polícia Federal, de muitos anos, qual gostaria de iniciar a sua exposição. *(Pausa.)*

Então, o Sr. Paulo Antenor de Oliveira tem a palavra para fazer sua exposição.

O SR. PAULO ANTENOR DE OLIVEIRA - Durante a exposição, parece que vai ter alguns *slides*. E no final, o que a gente falar aqui, até de forma mais aprofundada, vamos entregar por escrito ao Sr. Relator.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o convite ao Presidente da Comissão, Deputado Moroni Torgan — muito obrigado — e ao Relator, Deputado Paulo Pimenta, que foi o autor do requerimento. Inclusive, a gente tem acompanhado muito os passos do Paulo Pimenta. Sabemos da luta dele aí.

Os técnicos da Receita gostariam de deixar registrado aqui para nós o reconhecimento da importância desta CPI, das mais relevantes do Congresso, da Câmara dos Deputados, nos últimos anos, e também reconhecer os resultados, que a gente já está vendo, do trabalho dos Deputados.

E outro motivo que nos fez atender de pronto o convite para estar aqui hoje é a percepção, por parte dos técnicos da Receita Federal, de que a Receita Federal poderia fazer muito mais para colaborar no combate ao crime de tráfico de armas. E nós vamos falar um pouco da Receita Federal e propor algumas sugestões aqui para a Comissão.

Bom, há uma estimativa do escritório das Nações Unidas de que o crime organizado movimenta em torno de 2 trilhões de dólares por ano e que 20% disso vêm do tráfico de armas; 50%, de corrupção — que nós vamos tratar aqui; e 20%, de drogas. Mas 20% desse valor seriam referentes a comércio ilegal de armas, tráfico de armas.

Evidentemente, como no Brasil não se têm as características de outros países, nós não temos as milícias armadas aqui, não estamos em guerra civil nem em guerra com ninguém, os índices não podem ser trazidos para o Brasil, mas a movimentação financeira internacional é muito relevante no que diz respeito a tráfico



de armas. E cabe à Receita Federal controlar o comércio exterior, principalmente em relação aos tributos. E o órgão é responsável pelo desembaraço aduaneiro. Ou seja, tudo que entra no Brasil, importado, tudo que sai é motivo de verificação por parte da Receita Federal. E o modelo adotado pela Receita Federal, a fiscalização no despacho aduaneiro, tem como objeto a declaração aduaneira. A gente verifica previamente a licença. Tem que ter uma anuência administrativa para importação, uma prévia presença de carga informada pelo depositário, prévio registro de declaração aduaneira — isso exclui-se a... exceto a exportação —, prévio pagamento de tributos, fusão do controle de cargas fiscal e cambial, seleção fiscal parametrizada mais manual, manutenção de documentos em papel para conferência fiscal, desembaraço apenas após retificação e pagamentos, desembaraço integral e registro de controle da entrega da mercadoria.

Bom, a fiscalização dos despachos é o modelo que permite melhor combate às fraudes fiscais. A Receita visa muito isso. Pois bem, no Brasil têm vários pontos de entrada de produtos: portos, aeroportos e fronteira terrestre. Eu chamo a atenção, primeiro, para a Ponte da Amizade, em Foz do Iguaçu, onde milhares de sacoleiros cruzam as fronteiras e entram com falsas declarações — às vezes nem declaram nada. E também destaco o Porto de Santos, pelo volume de cargas. Para se ter uma idéia, no ano passado somente 1% das mercadorias importadas através do Porto de Santos foram realmente verificadas, analisadas no olho. Foi conferido se aquilo que estava no papel era aquilo que estava dentro do contêiner. Isso é uma informação importante, porque ali entra muita carga. Foram mais de 1 milhão de contêineres no ano passado.

Bom, a Receita atua no combate dos ilícitos, envolvendo comércio exterior em 2 diferentes... Durante o despacho aduaneiro e, depois, através de ação de repressão, ultimamente fazendo muito em parceria com a Polícia Federal — tem que se registrar isso.

As fraudes e a sonegação têm muitas fontes: planejamento tributário; utilização de empresas-laranja; vendas superfaturadas; importação com falsa declaração de conteúdo; exportação fictícia; contrabando ou descaminho.

Vamos apresentar aqui alguns números para se ter uma idéia. Números da Receita Federal: o comércio clandestino, no Brasil, seria sustentado por 10 bilhões de dólares de produtos clandestinos falsificados por ano — entrada. Por exemplo,



mercado de cigarro: 68% são atendidos por empresas legalmente estabelecidas e 32% supridos por contrabando e por contrafação. Isso vem, depois, a financiar droga e armamento. Nos últimos 6 anos, empresas declaradas inatas, ou seja, que não têm condições de operar, importaram mais de dois bilhões e meio de dólares; empresas inatas, empresas que não poderiam estar funcionando. A fraude mais praticada apontada foi o subfaturamento. E o subfaturamento médio é da ordem de 75%, onde se chega facilmente ao número de 10 bilhões.

Bom, Receita Federal e tráfico internacional de armas. O grande problema da Receita, para ajudar no combate de armas, de tráfico de armas, é porque ainda consideram, dentro da Receita Federal, o mal menor. Não sendo uma função específica, importante para a Receita, combater o tráfico de armas, consideram algo de pequeno impacto na sociedade. É o que a gente espera: que esta Comissão mude essa visão. Para se ter uma idéia, Sr. Deputado, durante o ano passado, a Receita apreendeu mais de 600 milhões em mercadoria, contrabando ou descaminho; apenas 53 mil reais — equivalem aí a bem menos de 1% — referem-se a armas, mesmo tudo que entra no País tendo que passar pela Receita Federal. Ou seja, não pegamos nada em matéria de armas e munições. E, desses 53 mil, mais de 90% eram de munição, não eram efetivamente arma. Bom, segundo pesquisas da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, que é um dos Estados mais problemáticos em matéria de armas, 42% das armas são contrabandeadas, ou seja, passam pela Receita Federal, ou deveriam passar pela Receita Federal. Outra estimativa do Ministério da Justiça é que 30 mil armas entram ilegalmente no País todos os anos, ao longo dos 16 mil quilômetros de nossas fronteiras terrestres. Isso vai desde a Argentina até, chegando lá na frente, ao Suriname, Guianas, lá em cima.

Entendemos que é vital, é fundamental no processo o aperfeiçoamento dos mecanismos para aumentar o controle do comércio internacional de armas, mediante assinatura de acordos de cooperação, em especial com países do MERCOSUL; a estruturação da Divisão de Repressão da Receita Federal, que foi criada, mas ainda não está devidamente estruturada, e a Divisão também de Repressão de Tráfico de Armas da Polícia Federal; o próprio reforço da presença da Receita Federal e da Polícia Federal nas cidades fronteiriças, especialmente na Tríplice Fronteira, principal rota de entrada — ou uma das principais rotas de entrada — de armas no País.



Chamamos a atenção também para a importância da Tríplice Fronteira — fronteira Argentina, Brasil e Paraguai —, como rota de entrada, a região de Foz do Iguaçu e os 600 quilômetros de fronteiras terrestres que temos ali. Existem dificuldades inerentes a um país continental como o nosso, sabemos, mas a escassez de recursos, principalmente humanos e tecnológicos, tem tornado a atividade desenvolvida pela Receita Federal muito mais difícil.

Chamamos a atenção, também, para o fato de que a presença da fiscalização da Receita Federal é muito mais atuante nos aeroportos. Isso por quê? Porque têm os equipamentos de melhor porte que nos portos e fronteiras terrestres, como *scanners*, câmeras de vigilância, sistema de controle de acesso de cargas, pessoas e também veículos. Nos aeroportos, a vigilância é muito melhor. Esse sistema eletrônico é fundamental. Ninguém vai imaginar que, de 16 mil quilômetros de fronteiras terrestres, vai ter gente suficiente para cobrir isso. Se colocarmos um do lado do outro, serão milhões de pessoas. Isso também não é cabível.

Chamo a atenção também para a utilização de *scanners*, algo que vem na orientação do Comitê de Segurança Marítima da Organização Marítima Internacional, que requer fundamentalmente a avaliação de riscos à proteção marítima, compartilhamento dessas informações, manutenção de protocolos de comunicação, proibição de acessos não autorizados aos navios e às instalações portuárias, combate à introdução de armas, de artefatos incendiários ou de explosivos. Esse órgão sugere a utilização de *scanners* para cargas. É uma medida de verificação não-intrusiva e que, em tese, traz resultados muito bons. E a utilização de *scanners* é uma das medidas que irão beneficiar o controle aduaneiro. Embora existam em alguns postos brasileiros *scanners* da Receita Federal, muitos estão desativados por estarem tecnologicamente superados, não dão uma visão clara do que tem nos contêineres por falta de manutenção ou mesmo falta de pessoal, que é algo que se enfrenta. A Receita dá treinamento ao pessoal na utilização de *scanner*. Não tem nenhum incentivo para a pessoa ficar na região de fronteira. Na seqüência, ela vai embora e leva o conhecimento. Não tem ninguém mais para operar o equipamento.

Alguns tipos de *scanners*. Vou mostrar a imagem.

(Segue-se exibição de imagens.)



Essa, por exemplo, é uma figura que a gente trouxe aí. Não dá para verificar muito bem o que tem dentro do contêiner. A Receita tem alguns e não serviram, realmente não funcionaram. O pessoal reclama muito porque não consegue utilizar. Há outros mais modernos que efetivamente mostram o conteúdo; *scanners* mais modernos, como esse aí que está sendo apresentado, que mostram o conteúdo. Há outras tecnologias, até melhores que essa. Com essa, por exemplo, se consegue ver o que tem dentro de um bloco de concreto. São tecnologias que gostaríamos de ver sendo utilizadas aqui no Brasil. Lá em Manaus, eu me lembro de um caso lá, onde o pessoal estava trazendo... No caso, era droga, dentro de uma escultura, dentro de algo de concreto. Então, tiveram que serrar. Mas, se tivesse uma metodologia não-intrusiva, poderia ser até mais rápida a coisa.

O SINDIRECEITA vem trabalhando há anos para ver se muda um pouco a visão da Receita Federal, de administração tributária, e deixa claro para os dirigentes da Receita, para a sociedade que a Receita tem que agir muito mais do que um mero agente arrecadador de impostos, mas também que nós temos outras responsabilidades no combate a tráfico de armas, a concorrência desleal, a informalidade. Então, a gente tem atuado muito junto à Receita nesse sentido.

Atual estrutura da Receita.

Unidades da Receita Federal. Então, aí chamo a atenção para as unidades que efetivamente trabalham nessa questão do que entra, da importação de produtos, que são as delegacias da Receita Federal (não todas, mas boa parte); as inspetorias da Receita Federal (só temos 46 inspetorias); e as alfândegas da Receita Federal (24 alfândegas no Brasil todo).

Total de integrantes da carreira de auditoria. Isso é dado de dezembro de 2005. É o mais atualizado que nós temos. São 7.696 auditores fiscais e 6.456 técnicos. É um quantitativo muito baixo.

Total de integrantes lotados no Sistema de Controle Aduaneiro: cerca de 3 mil auditores e técnicos — um quinto do pessoal.

Uma portaria de 93 dizia lá que o quantitativo mínimo, bom para a Receita funcionar, seria 17 mil técnicos e 15 mil auditores. Nós estamos, portanto, 13 anos depois, falando de uma quantidade que estamos muito longe de atingir, ainda, para dar vazão ao serviço.



Vou falar um pouco também do Serviço de Inteligência da Receita Federal, um órgão que foi criado recentemente, que é a COPEI — Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação, que é composto pela Divisão de Pesquisa. Essa opera mais na pesquisa e em sistemas eletrônicos, públicos ou privados; e a Divisão de Investigação, que opera mais em campo, fazendo atividade em campo. Tem a Coordenação Operacional. E nós temos 4 núcleos dessa coordenação em 4 locais-chaves: Manaus, Vitória, Foz do Iguaçu e Santos.

Pois bem, quantitativo de servidores nesse núcleo, que deveria ser um dos mais importantes da Receita Federal: não chega a 140 servidores. É um quantitativo muito pequeno.

Balanço das operações da COPEI: em 2003, 6 operações, 26 prisões; em 2004, 10 operações, 138 prisões; em 2005, 13 operações, 217 prisões. A Polícia Federal parece que fez 85, alguma coisa disso, nessas operações, no ano passado.

Ao longo da sua história, a Receita conquistou inúmeros reconhecimentos, inclusive internacionais, pela vanguarda na tecnologia. Nós achamos que a atuação da Receita tem que ser voltada para as outras áreas, agora: combate ao contrabando, ao descaminho, à pirataria, à informalidade e também ao tráfico de armas. É necessário repensar a Receita Federal, inclusive recompondo o quadro funcional.

Chamo a atenção para o fato de que ainda estamos debatendo a criação da Receita Federal do Brasil no Senado Federal. E estamos buscando algumas inovações... inserir algumas inovações no projeto de lei, que já foi até aprovado pela Câmara dos Deputados. No atual texto lá, que está criando a Receita Federal do Brasil, não se encontra, por exemplo, nenhuma linha sobre atividade de inteligência fiscal, estrutura orgânica, limite. E não se pode negar que a Receita faz parte do Sistema Brasileiro de Inteligência. Então, entendemos que está faltando alguma coisa para a gente, ainda. Defendemos o fortalecimento da instituição, valorização funcional de todos os servidores e recomposição de quadro de trabalho.

Nos últimos anos, Srs. Deputados, mais de 4 mil técnicos deixaram a Receita Federal, principalmente pelos baixos salários. E com isso perde toda a instituição. A experiência de anos é levada embora. Outra questão sensível para a gente, na Receita Federal, é o conflito funcional que existe entre técnicos e auditores fiscais.

Bom, vamos concluir.



As propostas concretas dos técnicos da Receita Federal para a CPI:

1 - Reestruturação da Receita Federal e da Carreira Auditoria da Receita Federal, mediante aperfeiçoamento da estrutura organizacional, recomposição do quadro funcional e melhor distribuição de recursos humanos.

Definição urgente das atribuições dos Técnicos da Receita Federal, tendo como pressupostos a competência e a capacidade desses profissionais.

Criação de uma retribuição especial aos servidores que atuam em atividades de risco — principalmente o pessoal que trabalha em áreas de fronteira, que sai de lá porque não tem nenhum incentivo mesmo para ficar.

2 - Inserção da Receita Federal na abrangência do art. 144 da Constituição Federal, que trata da segurança pública.

3 - Tríplice fronteira: instalação de moderna unidade alfandegária de fronteira, integrada com os demais órgãos de fiscalização do comércio exterior.

4 - A completa estruturação da Divisão de Repressão da Receita Federal, que, embora já tenha sido criada, ainda não se encontra plenamente operacional.

Eu incluiria nesse item a questão do porte de arma. Nós tivemos, no ano passado, o reconhecimento de porte de arma para a defesa pessoal dos técnicos e auditores fiscais, mas ainda falta decidir com relação a porte de arma institucional para o pessoal da Receita que trabalha no combate desses ilícitos.

5) Reforço da presença da Receita Federal e da Polícia Federal nas cidades fronteiriças.

Temos de reconhecer que, quando apanhamos de sacoleiros lá na fronteira, a Polícia Federal apanha junto, está sempre parceira da Receita Federal.

6) Estruturação da Fiscalização Aduaneira nos Portos e Pontos Alfandegados, capacitada com tecnologia de vigilância eletrônica.

Defendemos a utilização maior de *scanners*.

7) Aperfeiçoamento do serviço de inteligência da Receita Federal, com a criação de núcleos de inteligência em todas as Delegacias e Inspetorias da Receita Federal.

8) Aperfeiçoamento do serviço de inteligência financeira, por ser um dos principais instrumentos para o combate ao crime organizado, papel exercido majoritariamente pelo Conselho de Atividades Financeiras, órgão reconhecido pela



comunidade internacional, como a Unidade de Inteligência Financeira do Brasil, mas que não tem sequer estrutura própria.

A relevância da inteligência financeira, atuando de forma integrada à inteligência fiscal, pode ser percebida em 4 aspectos básicos: primeiro, possibilidade de se atingirem diretamente as organizações criminosas, prejudicando o lucro obtido por suas atividades; segundo, capacidade de rastreamento das ações das organizações criminosas; terceiro, possibilidade de confisco, em favor do Estado, de grande soma de dinheiro oriundo de atividades ilícitas; quarto, possibilidade de retorno aos cofres públicos do dinheiro proveniente de fraudes contra a Administração Pública ou outras atividades que lesem o patrimônio do Estado.

9 - Implementação de melhores mecanismos de cooperação, coordenação e controle entre as forças policiais, a ABIN e a Receita Federal.

Precisamos nos integrar mais.

10 - Incremento da atuação sob a forma de “força-tarefa”, já que cada órgão (de fiscalização, de inteligência, de investigação, de julgamento) detém apenas parcela do conhecimento necessário, havendo a necessidade do trabalho de equipe — mas trabalho mesmo de equipe — para o desenvolvimento de trabalhos conjuntos contra o crime organizado.

11 - Modernização do modelo de controle aduaneiro, com a utilização de novas tecnologias (inclusive Inteligência Artificial e redes neurais — hoje existe um projeto feito junto ao pessoal do ITA, em São Paulo, desenvolvendo algo nesse sentido), inteligência fiscal e pessoal suficiente para as ações voltadas para a fiscalização.

12 - Revisão da legislação aduaneira para atualização, simplificação e consolidação, uma vez que nossa matriz legal é basicamente anterior à Constituição Federal de 1988, tendo como espinha dorsal o Decreto-Lei nº 37, de 1966.

13 - Revisão da legislação de crimes contra a ordem tributária, prevendo o agravamento da pena em caso de ilícitos tributários oriundos ou vinculados ao crime organizado.

E, por último:

14 - Superação das restrições orçamentárias, porque, se não houver boa vontade e dinheiro, essas medidas aqui dificilmente vão sair do papel.



Eu peço desculpas se ultrapassei o tempo, Sr. Deputado. Vamos entregar isso por escrito para a Comissão.

Agradeço novamente a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Agradeço ao Sr. Paulo Antenor de Oliveira. Eu só lhe peço que permaneça, porque vamos passar logo ao próximo expositor, o Sr. Francisco Carlos Garisto. E depois, então, vamos abrir espaço para alguma pergunta de Deputados.

Com a palavra o Sr. Francisco Carlos Garisto.

O SR. FRANCISCO CARLOS GARISTO - Sr. Presidente da Comissão, meu amigo, Deputado Moroni Torgan; Deputado Paulo Pimenta, autor do nosso convite; agradeço também ao meu colega Paulo, do SINDIRECEITA, nosso companheiro de luta eterna aqui, de dificuldades; Parlamentares presentes; meus amigos; meus colegas que estão aqui; pessoal da mídia em geral: vocês acabaram de ouvir o colega da Receita Federal, que sabe realmente como é que estão os problemas das fronteiras. E, onde tiver um técnico da Receita, um auditor fiscal, lá vai estar um policial federal também, em todos os locais. Não há nenhum local do Brasil onde não tenham a Polícia Federal e a Receita juntas.

E vocês acabaram de ver a diagnose que ele fez aqui, o quadro que ele passou para V.Exas.: falta de recursos, falta de pessoal, falta de tudo. E falta de um planejamento a longo prazo. Isso não é culpa deste Governo ou de outro Governo. Isso é culpa de uma mentalidade nacional do não-planejamento, a longo prazo, para tudo. Nós temos essa mania brasileira de não planejar. Quando alguém planeja alguma coisa, logo é tachado de megalomaniaco, e 1 ano depois ele está ultrapassado.

No nosso caso, eu vou fazer uma diagnose mais prática aqui. Poderia falar dos números da Polícia Federal, dos locais, assim como o colega também fez, porque as dificuldades são as mesmas. Então vou pular isso. O senhor me poupou isso. Então, vejam bem: no caso do tráfico internacional de armas, fronteira, portos e aeroportos são os cancos, os calos.

A fronteira mais famosa. O tráfico que é executado através das fronteiras mais famosas é via fronteiras, caixa de contrabando, descaminho em geral: carro, ônibus e aviões domésticos. Aí começa o nosso problema.



Foz do Iguaçu. Nós temos o tráfico formiga de armas menores e munições. Muita, muita, muita munição é apreendida. Pelo volume que nós apreendemos, a gente costuma lançar um cálculo do que não se apreende pelas deficiências. E aí nós temos: 9 milímetros, 40, 45, 38, 357; e algumas de porte pesado, 762, 556.

As quadrilhas do crime organizado já começam a perceber que os formigas também rendem nesse tipo de tráfico. Então, eles já começam a se organizar. E armas pequenas.

Nós temos Ponta Porã, no Paraguai; Cáceres; Corumbá-Bolívia; Tabatinga; Colômbia, com Letícia; e temos as mulas de munições. Porque antigamente eram mulas para as drogas; agora nós temos as mulas de munições e armas de menores portes. Assim acontece nas “fronteiras fiscalizadas” — entre aspas — do Brasil com a Argentina, Uruguai, Colômbia, Paraguai e Bolívia. Depois nós temos os problemas, quando eles conseguem passar, porque eles têm que marcar encontro com a Polícia Federal, com a Receita Federal lá na ponte, para nós podermos pegar alguma coisa. Marcar encontro, ligar para a gente e falar: *“Amanhã estou passando lá. Vocês vão me pegar em tal horário”*. Porque, do lado da ponte, nós temos algumas avenidas. Nós temos outros locais inóspitos, que não têm qualquer tipo de fiscalização. Agora, em Foz do Iguaçu, estamos contando com algumas lanchas, e já estamos começando a fazer um trabalho decente, porque a pessoa que passa na ponte está querendo ser presa; ou então ela arrisca, no meio das caixas.

Eu estive em Foz do Iguaçu — só a título de ilustração — e lá, observando, eu pedi para os colegas da Receita que não tinham condições de parar... E quem foi lá em Foz do Iguaçu sabe o que eu estou falando. São milhares de Kombis a cada minuto. Então, eu pedi para os colegas da Federal, 1 da Federal e 3 da Receita. Naquele inferno, eu pedi para que eles abrissem lá uma Kombi, só para a gente ver. E aí foram encontradas, dentro da Kombi, essas sacolas aqui, recheadas de maconha. Em uma que eu pedi para abrir — parece uma piada — foi encontrada. E eu fiquei olhando. E tinham essas caixas carregadas de maconha, com essa sacolona, que eles compram — não é? — no comércio local. Então, esse tipo de tráfico, eles fazem. E dentro dessa sacola, onde foi encontrada a maconha, poderia ter o quê? Tudo: fuzis, armas. Não tem condições. Foi uma que eu pedi. A gente até levou na gozação lá, porque, se parou aquela, imaginem as outras que vão passando, não é? Então, essas pessoas, quando conseguem passar na fronteira



dessa forma, onde não têm condições de fiscalizar nada... E, quando fiscalizam, tem briga. Eles partem para cima da gente. E aí vêm as pressões de governo com governo para poder aliviar lá na ponte, porque está reprimindo muito.

Os senhores já viram isso na televisão. Quando se começa a reprimir, eles brigam com a gente e quebram tudo. E passam com moto. São 300 motos. Trezentas motos em cada 5 minutos. Foi marcado lá. Trezentas motos em cada 5 minutos. Tem gente que não sabe o que é isso. E as motos ficam rodando que nem roda-gigante de parquinho. Quando eles conseguem passar fora da fronteira, na fronteira, dessa forma, que não tem fiscalização, não é por força de vontade nem da Receita nem da Polícia. Aí, o que acontece? Eles vão... Alguns pegam pequenos aviões. Na forma organizada, as facções criminosas já estão utilizando aeronaves pequenas, que saem desses países e vão descer onde? No interior de São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais. Eles pegam avião e descem no interior do Estado. Em milhares de campo de pouso, fazenda, sítio e até em estrada remota eles acabam descendo com aquele cesnazinho deles. E nós não temos condições de fazer qualquer tipo de fiscalização. Alguns mais afoitos, que não são organizados como as facções criminosas, acabam se utilizando dos aeroportos nacionais. Por quê? A maioria dos Raios X não tem Raio X no porão — a maioria dos Estados. Só na hora do embarque, para a pessoa do passageiro. Mas, lá no porão, dificilmente. Nós temos poucos aeroportos que contêm aeroporto de porão. Aí, o que vai acontecer? A mala vai estar recheada de arma, munição. Ela vai descer depois, num outro aeroporto, que ele vai escolher, sabendo que também não tem — porque eles sabem tudo. E aí, essas coisas que a gente fiscaliza e fica fazendo operação para isso, para aquilo, eles acabam fazendo de uma forma sem qualquer atropelo. Passam pelas fronteiras secas ou não. Fronteira seca é aquela que não tem nenhum marco. É uma rua; e de um lado fica um país e do outro lado fica outro. Não tem aeroportos. Nos aeroportos não tem o Raio X de porão, na sua grande maioria. Alguns desembarcam nos Estados do Nordeste e embarcam novamente nesses locais. Sabendo que não existe o Raio X nas malas de porão, eles embarcam novamente para outros aeroportos. Eles fazem 4 conexões para fugir da fiscalização e não são abordados em nenhuma. Eles preferem passar por 4 locais fiscalizados. Mas é muito mais certeza que eles não vão ser pegos do que um como o do Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e outros que têm o sistema de



Raio X. O tráfico internacional organizado é pesado. Aí é que a coisa pega: a organização.

Com a convivência de algumas autoridades do Suriname, Argentina, Uruguai e Paraguai, autoridades de nível, autoridades pesadas, já identificadas por esta CPI... Não vou citar nome, mas a CPI já tem o nome dessas pessoas, que são pessoas que estão fazendo o tráfico de arma pesada, em contato com o crime organizado mesmo, atrás de dinheiro. E têm mais algumas pessoas que eu sei que também estão sendo investigadas aqui. Essas pessoas passam pelo Suriname, Argentina, Uruguai e Paraguai, como eu disse, sem qualquer dificuldade.

Eu estive em Bonfim. Cheguei lá às 7 horas da noite e encontrei 2 colegas lá. Tirei uma foto com eles, na porta da delegacia de Bonfim — 2 colegas —, com as portas fechadas, na fronteira com a Guiana. Fui até a barranca do rio que tem lá. Era um movimento que parecia um domingo. E um breu! Não tinha uma lâmpada. E um movimento de barca para cima e para baixo, que parecia o Parque da Cidade aqui, dos pedalinhos. E os 2 colegas — meninos com 6 meses de polícia, os 2 — é que estavam fazendo o policiamento da fronteira com a Guiana. No Suriname é a mesma coisa. E nos outros locais à noite é a mesma coisa.

Nós estivemos também lá em Pacaraima, que é fronteira com a Venezuela, que também já começa a fazer um certo tráfico também. Encontramos mais 2 colegas: uma menina, com uns 5 meses de polícia, e um garoto com 8 meses; 2 colegas de BV8. Tirei, só para ilustrar, essas fotos. Trouxe uma foto de onde nós passamos também: Santana do Livramento. Meu nobre amigo, Deputado Pimenta, deve conhecer — Brasil e Uruguai. Só para vocês terem uma idéia, é uma rua que separa as 2 cidades, não é? E não tem, efetivamente, como fazer um policiamento. Com relação aos aviões menores, eles fazem o que bem entendem e pousam onde eles querem. Aí nós vamos para o SIVAM, que vocês já ouviram falar: Sistema Integrado de Vigilância da Amazônia, que é um projeto belíssimo. Parece coisa de americano, da NASA. E eu fui lá. Tive a oportunidade de estar lá quando o diretor era o Hélio Madalena. Eu estive lá e conheci. É uma coisa magnífica mesmo. Aquilo deveria estar terminado, para que pudéssemos ter realmente uma fiscalização das pequenas aeronaves.

O que acontece hoje? O SIVAM identifica até um planador hoje. E daí? Ele identifica, mas não tem apoio de terra para fazer a interceptação. O camarada fica



fazendo gestos obscenos dos aviõezinhos para os aviões da Força Aérea. A Lei do Abate foi aprovada, mas sabemos que não será utilizada. Sabemos que a Lei do Abate, no Brasil... Não temos tradição de derrubar avião igual o Bush faz por aí. Não acredito que em alguma hora a Força Aérea vai derrubar um avião de contrabando, de droga ou coisa parecida. Então, o SIVAM identifica tudo, mas não consegue acionar os postos de terra, porque a Polícia Federal não tem condições e nem há integração com as Polícias Civil e Militar. Quando eles conseguem fazer isso — vamos supor que estejam pousando em Votuporanga, São José do Rio Preto —, têm a Polícia Civil, a PM. Quando eles chegam ao local daquele pouso, já foram embora e o avião já decolou de volta. Não tem mais nada naquele local. Eles já saíram. O SIVAM, hoje, é bonito para interceptar, se fôssemos fronteira com o Iraque, para poder interceptar invasão estrangeira. Mas, para, efetivamente, trabalhar em cima do tráfico de armas ou de drogas, ainda não está causando algum retorno, porque falta a parte terrestre, que é cara. Ainda falta essa parte terrestre. O SIVAM sabe onde pousa, mas, quando a polícia chega, já foi todo mundo embora. Acho que a Lei do Abate não resolve. É uma lei que é muito mais uma simbologia para poder ficar nisso. O SIVAM está aí. Deveria ser cuidado pelas autoridades, terminar o SIVAM. E está sendo. Sei que já foi investido muito dinheiro lá, mas não acontece nada na prática.

Portos. Aqui está a maior válvula da repressão às armas, às drogas e ao contrabando. O Porto de Santos é o maior da América do Sul e possui apenas um Raio X próprio para a verificação de contêiner — aquele que o colega colocou aqui, e está aqui, e sempre está quebrado. Ele está dizendo aqui no meu ouvido: “*Não está funcionando*”. Mas eu já havia escrito aqui: e sempre está quebrado. E via de regra não tem nenhum. E, quando tem funcionando, é aquela porcaria que não identifica nada no Porto de Santos, o maior porto da América Latina. Não estamos falando do Porto de Galinhas, não. Estamos falando do Porto de Santos. Cada contêiner tem em média 40 metros cúbicos. E, pelo movimento, apenas 1 em cada 100 é fiscalizado — quando é. E, além do mais, o efetivo da Receita e da PF... O colega já passou aqui, e eu confirmo: da Polícia Federal é menor ainda. Itajaí não tem aparelho de Raio X. Estão comprando um agora. Mas já sabemos que não detecta armas. Detecta mercadoria.



Na semana passada, a Polícia Rodoviária Federal apreendeu 2 Fuzis AR-15, 2 pistolas 9 e milhares de munições de todos os calibres de pessoas que tinham saído do porto, não bastasse ter um projeto nesta Casa, onde querem privatizar a fiscalização nos portos — coisa que, a meu ver, é ilegal, já que qualquer atividade de carreira típica de Estado não pode ser privatizada. E os fiscais da Receita exercem essa atividade típica de Estado. O que vem a ser isso? Eles querem colocar algumas pessoas terceirizadas para fazer a fiscalização. A segunda parte do projeto é ótima: é aquela que mecaniza e coloca a tecnologia de câmara e outras coisas mais. Aí, sim. Agora, em fiscais terceirizados, eu nunca ouvi falar. É a mesma coisa que polícia terceirizada, general terceirizado. Eu, sinceramente, nunca tinha ouvido falar nisso.

Acho que os Deputados devem atentar bem para esse projeto, porque eles querem privatizar a fiscalização, a pedido de alguns Governadores, que sabem que não temos gente e ficam atrapalhando a exportação. Também é um motivo justo dos Governadores. Não sei como se resolve isso. Mas, do ponto de vista de fiscalização, não vai resolver nada. Os colegas da PRF... Aí, vou falar das estradas. O camarada já passou na fronteira, do jeito que V.Exas. viram. Ele consegue passar nos aviões, do jeito que já foi falado. Agora vamos para as estradas. Os colegas da Polícia Rodoviária Federal também não têm qualquer tipo de condição de fazer esse policiamento. Às vezes eles juntam 10, 20, 30 e aí fazem aquela operação. Só que, depois de 5 minutos desse tipo de operação, não tem mais sentido, porque o camarada já avisa com rádio, não passa mais ninguém. Não tem aquele efeito permanente, aquele efeito organizado, sistematizado, que a gente estava pedindo aqui, de uma organização para 10, 15 anos de segurança pública. E os da PRF, também ínfimo. Às vezes, essas megaoperações, em alguns postos de satélites, resolvem; mas depois, não. Nas fronteiras mais problemáticas — a de Foz do Iguaçu —, às vezes, temos apenas um agente. E logo em seguida, na frente, nos postos da rodoviária, 2 ou 3 agentes. E eles passam de 100, 200 ônibus em comboio. Uma vez, há 15 dias, a Polícia Rodoviária foi fiscalizar. Eles passaram em cima do policial rodoviário federal. Passaram por cima! Cem a 200 ônibus, todos colados uns nos outros, não só para eles não sofrerem assaltos, mas também para eles terem um mecanismo de passar por cima, na rodoviária, de quem ficar na frente deles. É assim que funciona. O Brasil tem 23 mil quilômetros de fronteira; 15.719, terrestre; e



destes, 8.500 são de fronteiras chamadas secas, sem marco geográfico demarcatório, como aquela foto de Rivera, Ponta Porã e muitas outras, porque é uma rua que separa os 2 países. E mais Letícia, que é um terror, por onde passa tudo. E o nosso vizinho possui um sistema de segurança pública e um controle um tanto duvidoso nas fronteiras — para não falar conivente —, para não dar problema diplomático. Nós estamos bem de vizinhos. Há portos sem fiscalização; aeroportos clandestinos por todo o Brasil; fronteiras impossíveis de serem protegidas; estradas com policiamento insuficiente; aeroportos oficiais sem aparelho de Raio X e equipe insuficiente para que execute funções policiais de repressão; acordos internacionais, como o livre trânsito de contêineres fechados, que teriam que ir para o Paraguai, mas que acabam ficando no Brasil mesmo. Não se pode ficar fiscalizando esse tipo de contêiner. Eles chegam no Porto de Paranaguá, fingem que vão para o Paraguai. E, quando chegam no Paraguai, chegam vazios, porque não temos um técnico da Receita ou um policial para colocar junto com esse contêiner. E são milhares de contêineres de que estamos falando. E esses contêineres chegam no Porto de Santos e não podem ser fiscalizados, porque vêm com título — Paraguai. E aí nunca sabemos se ele chega no Paraguai. Algumas vezes já ficamos sabendo, num serviço de inteligência, que chegam vazios. Eles chegam vazios. Onde ficam as coisas é que nós temos que descobrir.

Então, nas baías do Rio de Janeiro, os navios que chegam no Rio de Janeiro chegam à vontade. Nós temos lá 2 lanchas. Quando tem gasolina, não tem operador; quando tem operador, não tem gasolina. E, quando têm as 2 coisas, não dá para policiar dia e noite todo aquele setor. Isso não é de hoje, não. Não é culpa de um governo “a”, “b” ou “c”. Eu não quero colocar aqui a culpa em nenhum governante. Eu quero colocar a culpa em nós, brasileiros, que não programamos as coisas para anos. Então, aí vem a pergunta: nós estamos rendidos à mercê do crime organizado? Estamos. Claro que estamos! Vocês viram o que aconteceu em São Paulo; vocês viram o que eles tentaram fazer aqui dentro da Câmara; as ameaças, o esquema de segurança que temos que fazer para ouvir um idiota como esse Marcola. Estamos, sim, mas podemos reagir, e rápido.

Então, aqui eu coloco as sugestões, agora. Não adianta apontar o problema, porque todo mundo que vier aqui, de qualquer órgão, de qualquer associação, vai falar de problema. Vai falar que não tem isso, que não tem aquilo, que nosso País



não é tão rico como deveria. Criar uma lei obrigando a vistoria de Raios X em vãos vindos na parte nacional. Se não tiver lei, ninguém fará nada! Se tiver a lei, eles vão correr atrás do Raio X. Obrigar os aviões nacionais, quando eles saírem de qualquer aeroporto que não tenha esse Raio X... Tudo bem, não dá para comprar em todo lugar. Falta dinheiro para a educação e para um monte de coisa. Mas, obrigando, quando chegar no Rio de Janeiro, em São Paulo e nos grandes aeroportos, que eles tenham uma vistoria de porão. A pessoa não vai nem ver.

Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Só para colaborar, Sr. Francisco Carlos Garisto, no início dos trabalhos desta Comissão, nós pedimos informações à INFRAERO sobre os aeroportos brasileiros que tinham Raio X de porão. Dos 66 aeroportos brasileiros, se não me engano, apenas 12 têm Raio X de porão. E quanto aos Raios X de mala manual, esses que passamos, dos 66, apenas 24 também têm Raio X. Naquela época, inclusive, teve uma rede de televisão que fez um programa com uma mala cheia de irregularidades, que transitou por diversos aeroportos sem ser identificada. E da mesma forma estão transitando armas, drogas e munição nos aeroportos brasileiros por falta de equipamentos. Essa informação consta na CPI oficial enviada pela INFRAERO.

O SR. FRANCISCO CARLOS GARISTO - Obrigado, Deputado. Essas informações que colhemos aqui, colhemos com as pessoas que estão trabalhando nessas áreas. Eu, antes de vir aqui, telefonei para vários colegas que estão lá. Não telefonei para a administração do órgão. Aliás, telefonei também, mas a administração do órgão sempre tem aquele princípio de não criticar as coisas que estão erradas. Por quê? Porque é uma política de governo. Ele tem a chefia. Se ele criticar, amanhã poderá ser retirado do cargo. E a pessoa que está lá, sofrendo a consequência, acaba criticando. Nós temos aqui: criar essa lei obrigando que os grandes aeroportos façam porão. Porque aí, como o Deputado falou, para que o camarada vai arriscar passar numa fronteira, se ele pode pegar um avião e descer nesses aeroportos? Ele põe na mala dele, acabou, acabou. Eles já sabem. Assim como o senhor obteve essa informação, eles entram na Internet e devem ter também. Criar uma lei a toque de caixa, na minha opinião, específica para o combate ao tráfico de armas, nos moldes e finalidades da Lei de Entorpecentes. Não se pode apenas um caipira do interior do Brasil — caipira no bom sentido, porque



meus avós todos são —, que possui uma arma sem registro, já que o registro sai por mais de mil reais, entre porte e registro. Então, tem muito caipirinha do interior, que mata cascavel, que não tem mais dinheiro para pagar registro e porte. Então, o que ele faz? Ele fica com uma arma lá. Quando ele é pego na cidade, dentro da perua velha dele, ele vai entrar na lei do Estatuto do Desarmamento, vai tomar um flagrante de arma irregular. E o Marcola, com a quadrilha de sem-vergonha dele, vai tomar a mesma pena, vai no mesmo lugar. É que nem aquela coisa que a gente escuta falar: todos são iguais perante a lei. É a coisa mais idiota que eu aprendi no meu Curso de Direito e no meu mestrado do meu Curso de Direito: todos são iguais perante a lei. Na minha opinião, teriam que ser iguais perante a lei os iguais. Os desiguais deveriam ter uma lei desigual para eles também. Essa é a minha opinião. Ficamos com essa máxima romana, sueca, de que todos são iguais perante a lei. A progressão da pena para o garoto que atropela um pedestre é a mesma do Marcola. Então, aí estamos desse jeito. Temos que fazer uma lei urgente, apenando o tráfico organizado de armas, do jeito da Lei de Entorpecentes. Tenho lá um projeto da Federação, que alguns colegas mandaram, que vou passar para os nossos Deputados. Não se pode esperar mais e ficar apenando as pessoas no Estatuto do Desarmamento. O Estatuto do Desarmamento foi feito para o cidadão. Foi feito para o cidadão de bem, que está aí desarmado, agora, morrendo nas mãos desses vagabundos, na minha opinião. Isso aqui é a mesma coisa. Criar uma lei em que se poderiam convidar — essa aqui é polêmica, mas é uma idéia policial que recebi dos colegas — presidiários e até membros das suas famílias. Sabemos como são alguns membros de família. Quando se fala membro de família, o pessoal da igreja e outros acham que membro de família é aquela coisa bonita. Para a polícia, membro de família de bandido irrecuperável... Nós sabemos como eles são. Então, nós poderíamos recrutar e usar o veneno da cobra para fazer o soro antiofídico, usar o bandido contra ele. Não temos a lei da delação premiada? Vamos criar o trabalho premiado, como fez a polícia italiana contra a Máfia. A pessoa já tinha matado 2 pessoas lá, matador da quadrilha, mas ele entregou o *capo di tutti capi*. Aí ele teve uma regalia. Devemos fazer isso com eles. Vamos infiltrar bandido lá no presídio para saber quando eles vão matar todo mundo lá em São Paulo. Serviço de informação. Se o cara está condenado a 30 anos, vamos propor para ele, judicialmente, com todo mundo acompanhando, que ele passe para 10 anos. É



melhor ter um bandido na rua, que fez alguma coisa em prol da sociedade, do que 500 que não fizeram nada, que acabam saindo do mesmo jeito. É uma questão de sobrevivência. Então, fica aqui uma idéia: colocar o trabalho premiado. E o risco que ele teria de morrer trabalhando assim para a polícia, que os Direitos Humanos vão achar ruim dessa proposta, seria o mesmo que ele tem lá dentro, de morrer nas rebeliões ou no confronto com a polícia lá fora. Só que, depois que ele fizer isso, ele vai ter que sumir. E talvez se recupere. Ele vai ter que sumir, porque senão os bandidos vão matá-lo, se descobrirem. Então, ele se recupera, vai viver nas Malvinas, entendeu? E poderíamos criar algum sistema que é para usar a informação contra o comando, contra o PCC. Esses camaradas falam em celular, fazem reuniões, fazem assembléias, fazem comissões, e a gente não fica sabendo de nada. A gente só fica sabendo quando eles estão sitiando São Paulo, matando repórter, que nem fizeram lá no Rio. Vão dizer que não sabiam que iam matar o Tim Lopes? O Tim Lopes estava trabalhando lá. Eu conheci Tim Lopes. Ele estava trabalhando lá há mais de 60 dias. Todo mundo sabia que o Tim Lopes ia morrer. Ninguém fez nada. Ninguém fez nada. Todo mundo sabia. Estavam pagando para ver. *“Ah, não vão matar o cara da Globo!”* Matam, sim. Como não mata o cara da *Globo*? Ele mata a polícia, ele mata todo mundo. E essa lei, Deputado, teria que ser estudada, sem esse negócio de nazismo ou coisa parecida. É uma coisa de inteligência: usar os bandidos contra eles mesmos, porque eles estão usando nossos cidadãos do bem contra nós. O que fizeram com esse garoto que trabalhava aí na gravação? Até então, era um garoto que não tinha passado ruim nenhum. Eles foram lá e cooptaram o garoto. Vão fazer o mesmo com eles. E eles são muito mais fáceis de cooptar com a redução de pena. Na PF existe a Divisão de Repressão ao Tráfico de Armas — um nome bonito. Conversei ontem com os delegados que chefiam. Mas qual é a agrura desse delegado, de agentes e de colegas que trabalham lá? Eles não têm condições de operar isso aqui. A PF, hoje, está fazendo muito mais o controle no SINARM, das armas — e muito bem, diga-se de passagem. E até outra coisa que a Câmara vai ter que decidir é esse comando do controle das armas. Hoje ele está dividido entre o Exército e a polícia. Na opinião dos colegas — até do Exército e da polícia —, ou fica com a Polícia Federal ou fica com o Exército, porque está existindo aí uma diferença não de vaidade, mas operacional, para poder fazer esse trabalho. Então, têm 2 mandando e ninguém manda. Então, aí, ou fica



com um ou fica com outro. Então, vão dizer que eu quero para mim. São Paulo, a terceira cidade do mundo... A DELEARM tem apenas 2 agentes, 3 delegados e 1 escrivão. Estou falando de São Paulo, a terceira cidade do mundo. O efetivo... Imaginem que o efetivo é o mesmo de Amapá, Roraima, Rondônia e Amazônia. É o mesmo de São Paulo. Dotar essa divisão da PF, já criada no papel, de uma força-tarefa real e verdadeira, e não essa conversa de reunir 20 pessoas para fazer uma operação específica e depois dizer que é força-tarefa. A gente aprende tanto com os americanos nos filmes, aprende tanto lendo com eles e não aprende as coisas que têm que ser aprendidas. Força-tarefa é quando você cria um grupo de pessoas especiais, é a união de pessoas especializadas de vários órgãos, sob um único comando e remunerado pela União, se ele for um funcionário estadual, para investigar, prender, enfrentar um crime, com situação criminosa, que está fugindo do controle das forças policiais convencionais. Essas pessoas deixariam de fazer parte das suas corporações de origem e passariam a ser somente agentes federais, ou o nome que queiram dar, nomeados em força-tarefa. Não tem nada a ver com carreiras e concurso público. Ele já está concursado. Os intocáveis que, todo mundo sabe, acabaram com Al Capone, a força-tarefa italiana que acabou com as máfias, hoje eles estão lá criando novamente. E até as forças que acabaram com a *kan klux klan*, nos Estados Unidos, foram todas através de forças-tarefas verdadeiras. Não essa que nós fazemos para prender aí... A Polícia Federal, agora, virou a Corregedoria da União. Eu não sou contra a que se apure todo tipo de corrupção e crime neste País, mas acho que a Polícia Federal deveria atuar mais na segurança pública. Essas informações de corrupção, sanguessugas e outras coisas deveriam passar para os órgãos do Ministério Público e outros órgãos de controladoria. A Polícia Federal deveria atuar muito mais contra o crime organizado de segurança pública, de periculosidade, que é este que está tomando conta. Os corruptos, se não os prendermos hoje, amanhã a gente prende, dá tempo para eles. Eles causam um mal para o País? Causam. Mas aí nós temos que criar uma força, sem ser a Polícia Federal se dedicando 100% a esse tipo de crime. Nós temos que nos dedicar também à segurança pública. Isso eu falei com vários delegados, e alguns concordam comigo plenamente. Sairia uma lei específica para nomeação desses membros dessas forças-tarefas. Não pode ser uma força-tarefa em que um escolhe o outro porque é amigo, traz este para cá, traz outro para lá. Não! Uma lei, como é



que se nomeia, a finalidade única e provisória. Isto é força-tarefa de verdade: o engajamento efetivo da Justiça, Ministério Público Federal e Estadual nesse projeto. E essas forças-tarefas seriam fiscalizadas também por esses organismos. Mas teriam o apoio estatal dessas instituições. O engajamento efetivo da mídia na real vontade de enfrentar o crime organizado, passando a dar destaque às coisas boas também. E aquelas coisas que acontecem erradas continuam publicando como sempre, mas dar destaque também às coisas boas. Verba, sempre o mesmo problema, como o colega falou aqui. Então, nós pedimos a destinação para a Polícia Federal, Polícias Civis e Militares, através de leis, de todos os bens apreendidos com bandidos, antes mesmo do trânsito em julgado. Ah, Garisto, isso aí é absurdo, a lei não permite! A Constituição diz que o camarada só é culpado depois do trânsito em julgado final. É inconstitucional o que você está falando. Concordo. Só que aí nós pegaríamos esses bens, e a União ficaria encarregada de ressarcir as pessoas quando, lá no trânsito em julgado, elas fossem absolvidas. Só que nós já teríamos utilizado essa verba. E a União devolveria nos valores de quando eles foram apreendidos.

Você sabe o que acontece hoje com tudo que a gente apreende? Apodrece. Apodrece. Tem navio apodrecendo, tem avião apodrecendo — avião de 10, 15 milhões de dólares. Apodrece, porque no trânsito em julgado, quando você entra nele, têm rato e galinha dormindo dentro dele; carros, motos, tudo isso. Então, nós deveríamos vender isso imediatamente. E depois o cara foi absolvido? Quanto é que vale esse troço? Valia 1 milhão. Aí a União vai e paga para ele. Não tem o prejuízo constitucional. Fica aí a idéia: destinação de toda arrecadação com porte de arma, registro de arma e outras taxas federais, estaduais, diretamente, sem entrar na conta do Orçamento da União, diretamente para as entidades que estão combatendo. Isso aqui a gente arrecada, arrecada, arrecada, cai no Orçamento da União, depois têm que vir as emendas para voltar para a polícia. Não resolve nada. Nós queremos igual tem a PRF hoje: arrecada e fica com eles. Por isso é que a PRF está um pouco melhor equipada do que as outras polícias. A destinação, através de lei, de uma parte preestabelecida do Orçamento para a segurança pública, obrigatoriedade para Estados e União, mas com pena de cadeia ou *impeachment* para os governantes que não cumprirem, para não ficar com uma verba de educação, que ninguém manda o total e fica por isso mesmo. Tem que obrigar. O



governante não faz, a gente obriga, seja ele qual for: Fernando Henrique, Lula ou Itamar, qualquer um outro.

Coloquei aqui um quadro real e assustador da realidade brasileira. E não adianta dizer que sou macabro. Esse trabalho foi efetuado e verificada sua existência real pelos policiais federais e alguns estaduais, que realmente estão na linha de frente e morrendo por conta das falhas existentes. É isso que eu trago aqui dos meus colegas. As pessoas que me passaram isso aqui estão morrendo. Não estão só atrás de aumento salarial e condições de trabalho. Estão morrendo. O que eu peço maior... O pedido maior que o colega pediu: união na informação. Quem tem a informação ganha a guerra. Quem tem a informação ganha a guerra. Os bandidos, hoje, têm a informação e a unidade. Vamos imitá-los, como disse o Busato. O Busato não falou isto para a Comissão? *“Vocês têm que imitar o bandido e se organizar.”* Não foi ele, Deputado?

Então, vejam bem, o chefe de polícia de Washington, Charles Hansen, esse camarada, esse Charles Hansen é tipo daqueles “tolerância zero”. Ele pegou Washington sitiada no crime. Em 1 ano, ele diminuiu 48%. A grande “malandragem” — entre aspas — dele: informação. Tem a tolerância zero de Nova York, que foi em cima de todos os delitos menores, o que também é muito bom. Mas no Brasil não têm condições verbais para fazer isso. Verbais que eu digo não são da fala, são verbais monetárias. E ele diminuiu, através da informação, da integração do FBI com as polícias estaduais. Só que você falar em unidade da Polícia Federal com as polícias estaduais é brincadeira. O crime diminuiu em 48%. Eu tenho o exemplo aqui do Roberto Precioso Júnior, que é Secretário de Segurança Pública no Rio de Janeiro agora. Ele fez um trabalho no depósito de armas e munições do Rio de Janeiro, onde somente um funcionário desviou 11 mil cartuchos de munições de todo tipo. Durante 10 anos ele ia tirando para a vagabundagem. Já está preso. Então, o Roberto Precioso, que assumiu lá, o Secretário de Segurança, ele fez um controle agora, através da Internet, através da integração das delegacias com o sistema, que é o DEFAI dele lá, o setor de controle de arma de fogo. E ele está podendo fazer estatística. O Deputado Moroni me perguntava quantas armas são ilegais. Eu mostrei a estatística do Rio aqui, que é a única que eu tenho: o que consegue você fazer; as armas nacionais, por exemplo, que são apreendidas. Tem muita arma nacional. Aí vem a turma lá: *“Está vendo? Não tem contrabando não. É*



nacional”. Tem sim. É que essa arma é vendida lá para fora. Como querem abaixar a alíquota, agora, de exportação... Querem abaixar a alíquota da exportação para vender arma para a América do Sul. Isso aí pode ser até bom para as empresas de arma. Agora ela vai retornar para cá. Para mim, tinha que proibir a América Latina todinha de comprar arma, na minha opinião. Eu deixo aqui uma orientação, uma sugestão, uma idéia, observações que não foram extraídas de psicólogos, sociólogos, antropólogos ou outros “ólogos”, ou ainda de teóricos especialistas em segurança, que entendem de máfia — que você escuta falar na televisão toda hora, em máfia napolitana, calabresa, milanese, até de 4 queijos —, os quais fazem a política hoje nefasta de segurança pública brasileira, mas, sim, foram extraídas de pessoas que levam e escutam um tiro de verdade.

Essas informações que eu passei para vocês foram extraídas daqueles que estão morrendo executados por terroristas do crime. Ninguém aqui está combatendo mais bandido de rua, não! Não querem cair na real que nós estamos combatendo terroristas organizados. Não sei por que não querem dar essa nomenclatura. Acho que é para não parecer igual ao Iraque, ou outro país. Mas é verdade. São terroristas organizados. O que falta para ficarem iguais aos terroristas lá do Iraque? O que falta? Não falta nada. Eles têm as armas, eles têm a informação, eles têm a metodologia. Matam autoridade, matam tudo, como estava a Colômbia. Esses heróis — como eu chamo meus companheiros — de todas as forças de segurança, incluindo outros que atuam em fronteira, usam revólver 38. E, se eles quiserem comprar uma arma melhor — alguns têm 40, também não vou mentir, alguns têm lá 40, 45; eu tenho um Glock 9 milímetros, 357, que eu comprei com o meu dinheiro, porque os colegas tomam posse na academia, levam 6, 7 meses para receber uma arma —, para comprar têm que pagar taxa, têm que pagar isso, têm que pagar aquilo. Vê se Marcola paga essas taxas aí. A gente tem que pagar. Então, esses heróis que estão morrendo aí, eles têm uma coisa unânime que me passaram, uma fórmula mágica para fazer o enfrentamento desse crime organizado: é a união total de todos os governos, sem vaidade eleitoreira ou partidária; a união das polícias, sem vaidade corporativa; a união do delegado de polícia com o Ministério Público Federal e Estadual; a união da Justiça em prol dos bons policiais. E o mais importante: a união da população através da mídia, que fará isso com certeza, se acreditar nos propósitos e vir o resultado e uma organização inadiável, já que o



crime já está organizado de verdade e matando tudo e todos. Isso foi feito na Colômbia, isso foi feito nos Estados Unidos e deu resultado.

Se continuarmos desunidos e tendo pessoas despreparadas tecnicamente, ultrapassadas, que ficam traçando metas para a segurança pública, vamos continuar a ler o que li hoje no jornal *O Globo*, hoje, na morte do guitarrista dos Detonautas: “*A política de segurança do Rio falhou*” — aí, complementou —, “*porque não temos escolas*”.

O que que a política de segurança tem a ver com escola? As 2 frases são verdadeiras, vocês repararam? Quem é que pode dizer que a origem do crime não é social? O garotinho pobrezinho, que a mãe foi presa, o pai morreu, foi baleado... Ninguém pode ficar contra isso. Só se for um débil mental nazista. Ninguém pode ficar contra isso. Agora, a polícia trabalha com produto acabado. Quando tudo falha: escola, educação, nós sentimos na carne. Toda a falha do sistema termina na mão da polícia — da polícia! —, que vai receber tudo o que não funcionou durante anos e acaba no colo da gente.

Eu quero pedir para vocês o seguinte: o que existe hoje, há muito tempo, no nosso País, é sociólogo tratando da polícia e a polícia tratando do social. O sociólogo tem tratado a sociedade e a polícia tem tratado de segurança. O resultado da segurança pública no Brasil não poderia ser diferente do que estamos vendo e sentindo hoje. Vamos mudar isso ou não? Sei lá. Eu estou no Parlamento brasileiro, eu estou falando com a imprensa, estou falando com os colegas da segurança, a resposta não é minha. Eu topo.

Eu quero agradecer aqui ao Deputado Moroni e agradecer a esta Comissão aqui do Tráfico de Armas, e à outra, de Segurança Pública, até quando vocês migraram de lá para cá também, que são os únicos locais onde a gente tem aqui o local para chorar — chorar na acepção da palavra — são essas Comissões aqui e alguns Deputados amigos, que nós temos bastante no Senado também que às vezes nos atendem para escutar a nossa choradeira, e não é de salário, não. Se fosse para falar de salário, o Presidente Lula assinou uma proposta de aumento para a Polícia Federal, o Ministro da Justiça assinou uma carta, que o Deputado Moroni leu em plenário, concordando, e a Ministra Dilma concordou com tudo. Três técnicos do Orçamento e Gestão não estão nem dando bola para essas autoridades. E não resolvem nada: nem o Orçamento nem o reajuste da Polícia Federal.



Já conversei com vários Deputados e peço aqui para o nosso companheiro do PT que passe lá. Não estou pedindo aumento, estou pedindo reajuste. Só estou pedindo que o Presidente e o Ministro da Justiça e a Ministra da Casa Civil sejam obedecidos. Eu não sei se é pedir muito. Então, eu só deixo essa mensagem e agradeço à Comissão, aos meus amigos, Deputado Moroni, que é delegado, colega; o Deputado Pimenta — quase que falei Pimenta, pela intimidade —, que também já virou polícia, que deu um *show*, na oitava daquele bando de vagabundos e safados que estiveram aqui. E temos que acabar com o bandido famoso. A mídia tem que nos ajudar nisso. Não tem que botar vagabundo em capa de revista, não, nem fazer entrevista com ele. Tem que ouvir ele é na caverna do Batman, sem que ninguém saiba. Não tem que dar ponto para bandido, não tem que dar ponto para vagabundo. Eu duvido que vocês saibam o nome dos policiais que morreram lá no Rio de Janeiro. Eu duvido que alguém da imprensa saiba algum nome dos colegas que morreram em São Paulo. Duvido. Mas Marcola todo mundo conhece, esse pária, essa imundície, criada não pela falha social, criada pela mente doentia dos criminosos brasileiros. Obrigado por me aturarem aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado, Francisco Carlos Garisto, que tem essa peculiaridade: a sinceridade naquilo que fala. Quero agradecer a presença de ambos.

Vou passar a Presidência dos trabalhos ao Deputado Neucimar Fraga.

Os Deputados, agora, terão a oportunidade de fazer as perguntas aos 2 depoentes.

Quero aqui, também, agradecer a presença do Dr. Antônio Rangel Bandeira, que nos tem ajudado bastante nessa CPI e é o coordenador do Projeto Viva Rio. É uma grande satisfação tê-lo aqui sempre conosco dando esse apoio.

Passo a Presidência dos trabalhos ao Deputado Neucimar Fraga.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Concedo a palavra ao nobre Relator, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ilustres representantes dos nossos técnicos da Receita Federal, dos agentes da Polícia Federal, em primeiro lugar, quero agradecer pela gentileza do atendimento ao nosso convite, para que a gente possa avançar em relação ao objetivo do nosso relatório.



Eu tenho dito, em várias oportunidades, que esta CPI está fazendo um esforço no sentido de tentar produzir um relatório que seja o mais técnico possível, em que possamos, a partir de um determinado diagnóstico, que aponta um conjunto de fragilidades, Dr. Rangel, sugerir alterações de procedimentos, de condutas, da legislação, quando necessário, mas que tenham por objetivo exatamente reduzir, coibir essas facilidades que nós temos encontrado na ação dos criminosos.

Eu quero, Paulo Antenor, entender um pouquinho melhor esse procedimento de fiscalização da Receita. Esses *scanners* que tu mostrastes aqui nos *slides* são os tipos de *scanners* que nós temos hoje em funcionamento?

O SR. PAULO ANTENOR DE OLIVEIRA - Só o primeiro: aquele que não mostra direito e ainda assim funcionando muito mal. É raro usar. Rio Grande, por exemplo, usa muito pouco. Santos, como ele falou — confirmo —, fica mais quebrado, é difícil funcionar. Eu procurei saber onde tinha *scanner* e nenhum dos colegas que me repassou a informação disse que está funcionando em local nenhum. Está tudo parado. Tem funcionado muito pouco. E há problema de treinamento e há problema do que o *scanner* está mostrando. Não está mostrando direito o que tem lá dentro.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito. Eu, eu...

O SR. PAULO ANTENOR DE OLIVEIRA - Aquele último lá do concreto, aquilo é um sonho para a gente, não é Garisto? É ter um *scanner* que mostre claramente o que tem dentro de um contêiner, tem dentro de uma carga qualquer.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Até nos chamou a atenção — hoje é dia 6 —, no dia 24 de maio, agora, portanto, poucos dias depois que nós levantamos esse debate, a assessoria de imprensa do gabinete da Receita Federal divulgou a seguinte notícia:

“Brasília, 24 de maio de 2006.

A Delegacia da Receita Federal de Foz do Iguaçu passou a contar, desde o dia 22/05, com mais um equipamento para combater o contrabando e descaminho na fronteira e na região. Um caminhão dotado de um scanner otimiza o trabalho dos servidores na vistoria, identificação de mercadorias, armas, drogas, e outros ilícitos.



O equipamento, que também conta com um semáforo, câmeras de vídeo e monitores para visualização de imagens, opera na BR-277, anexo ao posto da Polícia Rodoviária Federal, em Santa Teresinha de Itaipu, Paraná.”

Esqueceram de botar o horário aqui que ele está funcionando.

“Na 9ª Região Fiscal, as Delegacias da Receita Federal em Paranaguá/PR e em Itajaí/SC passaram também a contar com o mesmo tipo de equipamento. Esses scanners móveis foram recentemente reformados e atualizados com recursos provenientes do PPI/PMATA.”

Esses scanners a que eles se referem aqui são os mesmos scanners que temos dito que estão... há vários anos adquiridos?

O SR. PAULO ANTENOR DE OLIVEIRA - O do Porto de Itajaí, a informação que tenho é que ele é melhor do que esse que nós temos em Santos. Ele é melhor, mas que ele não está funcionando ainda porque falta uma instrução normativa da Receita Federal para disciplinar o funcionamento, perfeito? É a informação que eu tenho.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O que chama a atenção é que no dia 18 de janeiro de 2003, o *Jornal Nacional* fez uma matéria, no sábado, dizendo o seguinte:

“(...) 13 caminhões scanners adquiridos pela Receita Federal com a finalidade de verificar o conteúdo dos contêineres, sem a necessidade de ‘desovar’ a carga, estão parados. A SRF informou que abriu processo de licitação para contratar empresas que irão cuidar do conserto e a manutenção dos equipamentos. (...)”

As informações que temos dão conta de que os caminhões estão parados há 4 anos, desde que chegaram ao porto. Portanto, isso foi em 1999. Foram colocados em operação, em julho do ano passado, mas encostados por serem de uso incompatível para a sua capacidade. Os caminhões foram adquiridos por 6,5 milhões de dólares. Naquela época, já se perguntava por que razão, somente 4 anos



após a chegada dos equipamentos ao Brasil, tentou-se colocá-los em funcionamento?

É esse aqui o *scanner* que eles estão falando, será?

O SR. PAULO ANTENOR DE OLIVEIRA - Sim, esse *scanner*. A primeira foto que a gente mostrou, que realmente não ajuda a gente no serviço, ele não mostra claramente o que tem dentro de um contêiner, com exceção do de Itajaí. O de Itajaí, eu não vi pessoalmente, mas a informação que eu tenho é que ele já é de uma tecnologia melhor, já dá para mostrar melhor as informações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Permite-me, Relator?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Com todo o prazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Você sabe informar o custo desse aparelho adquirido?

O SR. PAULO ANTENOR DE OLIVEIRA - Não tenho acesso ao valor, o que se comenta na Receita é em torno de 500 a 600 mil dólares cada equipamento.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Seis vírgula cinco milhões que foram pagos.

O SR. PAULO ANTENOR DE OLIVEIRA - Cada equipamento. É o que se comenta. Mas se pedir informação à Receita tenho o valor exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, pelas afirmações de V.Sa. nós podemos entender que foi uma compra mal feita de equipamento que não atende à necessidade da Receita?

O SR. PAULO ANTENOR DE OLIVEIRA - Claramente não serviu para o uso para os nossos colegas lá. Fizeram o treinamento, na hora de utilizar não mostrava, não funcionava. Por que se comprou não poderia dizer, mas que claramente não serviu para a finalidade... não tem servido.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Deixa eu ajudar, Paulo.

O SR. FRANCISCO CARLOS GARISTO - Deixa eu só complementar, Deputado? Eu tenho uma informação sobre isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Só um minutinho, Garisto. Já te passo. Veja, por exemplo: 1º de maio de 2004, matéria do jornal *Zero Hora*, lá do Rio Grande do Sul:

“Uma poderosa arma na Receita Federal (RF) para combater o contrabando e a evasão de divisas é pouco



utilizada (...). Há cinco anos, as delegacias de Rio Grande e Uruguaiana receberam caminhões equipados com sistema de Raio X (...) mas falta pessoal para operá-los.

O equipamento funciona como um scanner em grandes proporções. Chamado Silhouette Scanmobbile e fabricado pela empresa alemã Heimann Rheinmetall Eletronik, cada caminhão está avaliado em US\$ 1,3 milhão. (...)

Em 1997, a Receita Federal adquiriu 15 caminhões-scanner (...). A idéia era aposentar o sistema de amostragem e inspecionar todas as cargas que entram e saem (...)."

Na época, essa foi a justificativa para aquisição dos equipamentos.

"Do total de cargas transacionadas, apenas 2% são" investigadas, analisadas, não pelo scanner, pela (...).

Atualmente, o scanner está desmontado e armazenado no TECON. (...)"

Passo a palavra ao Garisto.

O SR. FRANCISCO CARLOS GARISTO - Eu queria complementar.

O SR. PAULO ANTENOR DE OLIVEIRA - Só uma informação. Reafirmando, os *scanners* são antiquados, a manutenção é caríssima, e o treinamento foi dado para os servidores. E demorou tanto a começar a funcionar — ou tentar-se começar a funcionar — que os servidores já não ficavam mais na unidade, porque não tinham interesse em ficar e não tinha gente treinada para utilizar os scanners. E também o resultado dele... do que ele pegava era muito ruim, muito fraco.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Garisto.

O SR. FRANCISCO CARLOS GARISTO - O que eu queria complementar é que, nesse período de 6, 7 anos atrás e nesses 5 anos... Ele foi comprado há mais de 6 anos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Em 97.

O SR. FRANCISCO CARLOS GARISTO - E, em 97, eles começaram a tentar colocá-lo em uso. Mas, era uma mania, na época, de fazer essas compras mirabolantes. Recebiam as pessoas aqui, eles mostravam um... um... um...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Catálogo.

O SR. FRANCISCO CARLOS GARISTO - Um *folder*, um catálogo. “Ô, *que legal!*” O cara ia e comprava. Isso aconteceu até na Polícia Federal, com equipamentos para o Instituto Nacional de Criminalística. Nós tivemos equipamentos lá que estragaram — e nós fizemos uma reportagem que depois saiu no *Jornal do Brasil* —, equipamentos caríssimos, e nós pedimos para a UNICAMP fazer na época... Nós tínhamos equipamento desmontado. Não tinha técnico para montar, nem dinheiro para comprar uma borrachinha dessa aqui. Não tinha orçamento. E esses contêineres, na época, eram ótimos, eram os melhores que existiam na época. E eles não entraram em uso por inércia de alguma autoridade que não colocou a montagem dele — que ele vem todo desmontado, não tem ninguém no Brasil para montar isso, teriam que vir os técnicos; ou vai ver que não compraram uma coisa, compraram outra. E agora estão tentando consertar... É a mesma coisa de você tentar transformar um Ford Bigode agora para correr Fórmula 1. É a mesma coisa que eles estão fazendo agora. Compra outro!

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Deixa eu... Queria entender também, Paulo, um outro procedimento. Quando chega um, por exemplo, um iate, digamos, proveniente do Uruguai em um porto no Rio Grande ou Rio de Janeiro, qual o procedimento de fiscalização que ocorre? Quais são os passos, por exemplo, para entrada no País dessas pessoas e das mercadorias que elas trazem? Eu queria entender como é que funciona isso, em termos de Receita e de Polícia Federal?

O SR. PAULO ANTENOR DE OLIVEIRA - Bom, uma reclamação que vem muito de colegas do Rio Grande do Sul — que ali é o local que vão muito desses iates — é que a Receita não pode ir lá fiscalizar os iates. Parece que tem um acordo aí, e tem que esperar o pessoal do iate chamar para fiscalizar. Daí, você pode tirar o que tiver que tirar do iate e ir embora, e, acabou, acabou. A fiscalização não existe na prática.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A Polícia Federal, Garisto, como é?

O SR. FRANCISCO CARLOS GARISTO - A Polícia Federal ela atua em busca e apreensão, com mandado de busca, quando ela tem alguma...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sim, mas quando chega... Chega um estrangeiro, não é?



O SR. FRANCISCO CARLOS GARISTO - Então, se a gente tiver... Se for normal, um vôo normal?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - É, não um...

O SR. FRANCISCO CARLOS GARISTO - Não, um navio normal?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Um barco, um barco, é.

O SR. FRANCISCO CARLOS GARISTO - Então, se for um navio normal, nós vamos lá só para ver a entrada do estrangeiro.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Só o documento do tripulante?

O SR. FRANCISCO CARLOS GARISTO - Do tripulante e dos passageiros, se forem de origem estrangeira, para revista e essas coisas.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas é feito, por exemplo, é feito uma vistoria de carga?

O SR. FRANCISCO CARLOS GARISTO - Não, a Polícia Federal não pode atuar na zona primária.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sim, então... mas então, por exemplo, se um navio... Digamos que o navio veio para o Brasil para ser carregado com grãos, mas, lá, num determinado compartimento desse navio, tem um determinado volume de armas e de munição. A quem compete, do ponto de vista legal, no Brasil, identificar se além da mercadoria que ele declara, se existe alguma outra mercadoria dentro desse navio?

O SR. FRANCISCO CARLOS GARISTO - Receita Federal. À Receita Federal; à saúde a parte médica; e à Polícia Federal a parte de imigração. É só isso. A Polícia Federal, na área primária, ela não pode atuar. E existe uma vaidade desgraçada se a gente tentar.

O SR. PAULO ANTENOR DE OLIVEIRA - É justamente sobre isso que eu gostaria de falar. E volto no começo da minha falação aqui. Que a Receita Federal... a gente defende que a Receita Federal entenda que a questão do tráfico de armas é um problema da Receita. Chegando lá no final, que tem que atuar em conjunto com a Polícia Federal e outros órgãos. Porque a fiscalização aduaneira ela pode ser feita de 3 maneiras: sobre a carga, sobre a empresa e sobre o documento — sobre o documento. O que você quer sobre o documento? A arrecadação. A carga e a empresa, para você verificar a idoneidade, quem está comprando, e também se o



que se está comprando é aquilo mesmo. Infelizmente, no maior porto do País, o de Santos, 1% só da carga é analisada.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sim, mas, desculpa até minha ignorância, mas para eu entender. Chega o navio no Porto de Santos. Carregamento de calçados, em contêineres. Aí só 1% dos contêineres é analisado?

O SR. PAULO ANTENOR DE OLIVEIRA - Sim. É o que está sendo analisado. Sim, 1%.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Os outros 99% passam batido?

O SR. PAULO ANTENOR DE OLIVEIRA - Canal Verde. É o que se chama canal verde. Passa sem fiscalização.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Aí, lá adiante, quando chega ao importador, estando de posse dele, ele vai abrir o contêiner?

O SR. PAULO ANTENOR DE OLIVEIRA - Perfeito. Agora, volto a dizer também o que o colega disse aqui, no caso de mercadoria que vem com destino ao Paraguai, passa no Porto de Santos, vai para o Paraguai, e a gente não pode nem olhar, não pode nem querer olhar. E pode chegar no meio do caminho e pode ficar vazio, chegar vazio lá.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas há algum tipo de acompanhamento, por exemplo, o caminhão do Porto de Santos, vem um contêiner lá, existe um acordo que a mercadoria que se destina ao Paraguai ela atravessa o território nacional sem fiscalização. Há algum tipo de acompanhamento dessa carga, a partir do momento que ele sai do Porto de Santos e vai em direção ao Paraguai? Esse contêiner ele é lacrado? Ele...

O SR. PAULO ANTENOR DE OLIVEIRA - Se vai algum servidor junto, seria o que chama o *transfer* aduaneiro.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não. Então, se ele quiser parar, por exemplo, numa cidade, e ficar 2 dias lá, depois continuar...

O SR. PAULO ANTENOR DE OLIVEIRA - Mas esse é o problema. A Receita Federal não pode fiscalizar acordos entre países; têm que ser cumpridos. E não sendo cumpridos, a gente não tem como ajudar.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas no caso, por exemplo, havendo algum tipo de suspeita, por exemplo, poderia utilizar o *scanner* num contêiner como esse?



O SR. FRANCISCO CARLOS GARISTO - Claro.

O SR. PAULO ANTENOR DE OLIVEIRA - Claro, a utilização do *scanner*... mas ele tem que estar lá, tem que existir o *scanner*.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Se nós tivéssemos...

O SR. PAULO ANTENOR DE OLIVEIRA - O ideal seria que se pudesse fazer a verificação não inclusiva para outro *scanner*

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Se a gente tivesse um *scanner* moderno, eu teria condições inclusive de fiscalizar os contêineres que vão para o Paraguai?

O SR. PAULO ANTENOR DE OLIVEIRA - Sim.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - No caso de eu identificar que ali dentro tivesse armas ou munição, eu poderia determinar a apreensão dessa mercadoria, mesmo que ela seja destinada só ao Paraguai.

O SR. PAULO ANTENOR DE OLIVEIRA - Neste caso, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Na verdade, Presidente, o que nós estamos observando é que tanto o Governo como a Polícia e a Receita brincam de prender sacoleiro do Paraguai para não entrar com umas sacolinhas no Brasil, sabendo que todos os contêineres que chegam ao Paraguai é de produto pirata, e dentro desses produtos piratas tem arma, tem munição. E fica perseguindo os sacoleiros — e muito deles são sacoleiros mesmo; todos sabem que tem as mulas que trabalham. Na verdade, o que acontece é que muitos desses contêineres chegam a Santos e não vão para o Paraguai coisa nenhuma, abastecem São Paulo mesmo e abastecem as feiras de importados no Brasil todo. E a Receita, a Polícia e o Governo sabem disso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Deixa eu fazer uma pergunta, Neucimar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E nós vamos continuar brincando de prender sacoleiro no Brasil.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Neucimar, deixa eu fazer uma pergunta até para eu entender o procedimento. Contêiner sai do Porto de Santos, contêiner número XY44, aí — deve ter uma guia lá de entrada —, ele se destina ao Paraguai, correto?

O SR. PAULO ANTENOR DE OLIVEIRA - Sim.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Aí, alguém recebe ele de novo lá no Paraguai, na hora de ele passar para o outro lado?

O SR. PAULO ANTENOR DE OLIVEIRA - Recebe. A destinação do contêiner é para o Paraguai. O que pode acontecer é no meio do caminho se esvaziar, chegar lá, alguém dar o recibo — “*Recebi*” —, mas não recebeu nada. É o que se chama... é tudo fictício.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sim, eu quero entender o seguinte: teria como nós termos uma amostragem, por exemplo, para saber se os contêineres que entraram no Porto de Santos, com destino ao Paraguai, efetivamente chegaram na fronteira e passaram para o lado de lá? Teria como nós termos essa informação?

O SR. PAULO ANTENOR DE OLIVEIRA - A Receita Federal deveria ter essas informações.

O SR. FRANCISCO CARLOS GARISTO - Normalmente, eles fazem isso. Têm esse controle, Deputado. Esse controle existe. Só que você não sabe se ele está passando cheio.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Se não sabe (*ininteligível*).

O SR. FRANCISCO CARLOS GARISTO - Poderia dar uma pesadinha antes, para saber se ele está passando pesado lá. Você não pode tocar nele. Na época do contrabando de café, eles trocavam, e... E outra, não é só chegando, não. Eles podem mandar por nós também. Na época do contrabando de café, eles faziam o contrabando oficial. Eles pegavam nosso café, não pagavam nada, levavam para o Paraguai, botava no contêiner diplomático, e despachava para Paranaguá o nosso café. Não pagavam nada. Nem para fora, nem para dentro. Esse é um país de bandido, é um país de doido, esse Paraguai. Tinha é que passar um muro ali.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu acho que o Brasil aí nesse caso está pior do que o Paraguai, porque o Paraguai todo mundo já conhece, e o Brasil, com a estrutura que tem, com o conhecimento que tem... Viu, Relator, acho que é um assunto que nós devemos fazer um debate mais aprofundado, inclusive aqui dentro da Comissão, porque nós sabemos que 90% dos contêineres que descem do Brasil para o Paraguai são de produtos piratas, praticamente, que vão ser contrabandeados para o Brasil e para os outros países. Quer dizer, o Brasil recebe, faz festa para receber os contêineres, um acordo diplomático com o Paraguai, a mercadoria vai para o Paraguai, e depois a polícia tem que enfrentar os



bandidos novamente, correr o risco. Porque nós poderíamos impedir essa entrada de mercadoria lá no Paraguai, ao invés de, depois, ter todos os esforços para tentar evitar a entrada de produtos do Paraguai no Brasil.

O SR. FRANCISCO CARLOS GARISTO - Para o senhor ter uma idéia do Paraguai, Deputado, só como ponto: vender arma no Paraguai para estrangeiro é um crime que dá mais de 10 anos de cadeia. No entanto, eu estive lá agora, fui comprar um DVD para mim, comprei um DVD para levar para casa, e me ofereceram um Glock, fuzil, o que eu quisesse, lá no hotel ainda — 500 dólares a mais para receber no hotel. E tem uma lei lá dizendo que é proibido vender arma para estrangeiro. Dá mais de 10 anos de cadeia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Relator, só mais uma pergunta. Permite, só para tirar dúvida? Agora, com a entrada em vigor dessa exigência do Governo americano em relação aos portos do mundo todo, que para os produtos entrarem agora nos Estados Unidos os portos teriam que se adequar ao novo sistema de segurança, o chamado ISPS Code, e o Governo, no ano passado, fez diversos investimentos nos portos, alguns estão fazendo... e agora, dia 30 de junho, vence o prazo para os portos brasileiros se adequarem ao ISPS Code, para que os nossos produtos possam entrar nos Estados Unidos. Com essas mudanças, impostas pelos Estados Unidos, e não pelo nosso próprio sistema, vai amenizar alguma coisa? Os aparelhos que estão sendo comprados pelos portos, vocês têm informação desses aparelhos que vão atender essa demanda, porque esses Raios X são exigidos agora pelo ISPS Code?

O SR. PAULO ANTENOR DE OLIVEIRA - Olha, um dia talvez o Brasil chegue num ponto também que possa exigir, para entrada aqui, esse tipo de verificação de outros países, principalmente da Ásia. Com certeza, vai forçar o Governo brasileiro e os portos brasileiros a se modernizarem. Lá em Itajaí, esse *scanner* que eu citei aqui, que é o melhor talvez hoje em todo o Brasil, ele já foi... ele está vindo em regime de comodato, já para atender as novas exigências, que a gente considera positivas, lógico. Agora, tem que começar a exigir também do outro lado. Eu só queria fazer, se me permite, Deputado, uma consideração sobre Santos e a tríplice fronteira. Primeiro, que a tríplice fronteira tem que ser vista, lógico, pelo ponto de entrada que tem de arma, munições, pirataria. O Paraguai, por exemplo, importa muito mais CD do que tem condições de consumir. Evidentemente, isso



retorna para o Brasil. Há também problemas ali, que é um ponto do MERCOSUL, fronteira com o País, e enorme quantidade de gente que tem ali, que mora ali. Só em Foz do Iguaçu tem mais de 90 etnias diferentes por lá. Então, isso torna um fator complicador, sempre que se vai discutir tríplice fronteira. Agora, se a gente tivesse que analisar, hoje, e investir em fiscalização na área de entrada de produtos no País, com certeza, eu apontaria aqui: primeiro lugar, Santos; segundo lugar, Santos; até a décima posição eu colocaria Santos, pela importância, pelo volume de mercadoria e pelo pouco que se tem verificado em mercadorias. Está o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor poderia informar a esta Comissão, caso as autoridades brasileiras — e eu falo polícia, Receita, Governo, e o Congresso Nacional está fazendo sua parte também — queiram realmente combater o contrabando, principalmente do Paraguai, que praticamente é a origem de quase todas as nossas mercadorias contrabandeadas e entrada no Brasil de armas e munições, existe algum outro porto que poderia abastecer o Paraguai se o Governo brasileiro ou proibisse ou tivesse uma atuação mais firme em relação a essas mercadorias que chegam ao Porto de Santos e vão para o Paraguai? Existe uma outra possibilidade de o Paraguai continuar importando no mesmo volume por outro porto?

O SR. PAULO ANTENOR DE OLIVEIRA - Olha, teria que se analisar os seguintes portos:...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não, brasileiro, não, no Paraguai, é estrangeiro.

O SR. PAULO ANTENOR DE OLIVEIRA - Tem que se verificar os seguintes portos: Paranaguá, Itajaí, os Portos de Vitória, lá do...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - São todos brasileiros.

O SR. PAULO ANTENOR DE OLIVEIRA - ... e também o Porto do Rio Grande, no Rio Grande do Sul, teria que ser analisado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Se o Governo... Estou perguntando o seguinte: se o Governo brasileiro... Nós sabemos que essas mercadorias que vão para o Paraguai 90% é para abastecer depois o contrabando, pirata, não é verdade? Se o Governo brasileiro, ao invés de, por exemplo, ficar aí... pode até continuar com a fiscalização da fronteira na entrada, mas se investisse hoje os recursos que ele tem, tanto humano quanto material, ao invés de ficar preso com



a entrada de produtos do Paraguai no Brasil, se ele colocasse esse efetivo para fiscalizar a saída dos produtos brasileiros para o Paraguai, principalmente, inclusive esses contêineres que têm um acordo de não serem fiscalizados, se mudasse isso, o Paraguai receberia esse mesmo volume de mercadoria de portos de outros países?

O SR. PAULO ANTENOR DE OLIVEIRA - Eu diria que receberia através do Uruguai, principalmente. E, também, poderia ter entrado através da Bolívia. Então, tem que ficar bastante atento, porque há comunidades... Bom, mas chega. Olha, tem casos aí de produtos que já tem algumas rotas...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PAULO ANTENOR DE OLIVEIRA - Não, mas ela importa... Importa através de outros países nos outros portos. Então... Mas, principalmente, o Uruguai, a gente deveria ficar atento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Agora eu quero entender o seguinte: o imposto dessa mercadoria é pago aqui no Brasil?

O SR. PAULO ANTENOR DE OLIVEIRA - Se a importação é para o Paraguai, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas chega no porto brasileiro.

O SR. PAULO ANTENOR DE OLIVEIRA - Não, só paga as taxas lá de utilização do porto. O imposto é do País.

O SR. FRANCISCO CARLOS GARISTO - Só paga as taxas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Só paga as taxas. Só é ISS, praticamente.

O SR. PAULO ANTENOR DE OLIVEIRA - Não tem imposto. Não é importação para o Brasil. Não tem...

O SR. FRANCISCO CARLOS GARISTO - Não tem nada. É só prejuízo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós só ficamos com o prejuízo.

O SR. FRANCISCO CARLOS GARISTO - Só prejuízo. Prejuízo de acabar com a estrada da gente, de arrebentar...

O SR. PAULO ANTENOR DE OLIVEIRA - Só para complementar a informação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E qual é o volume... Qual é o volume de contêineres hoje que chegam ao Brasil e que vão para o Paraguai?

O SR. PAULO ANTENOR DE OLIVEIRA - Não tenho esse número aqui.

O SR. FRANCISCO CARLOS GARISTO - Mas não é pouco, não.

O SR. PAULO ANTENOR DE OLIVEIRA - Não é pouca coisa, mas não tenho os números aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quer dizer, nós ocupamos os nossos portos, tempo, aumenta o número de volume de cargas na estrada, de caminhoneiros, de carretas, principalmente naquelas rodovias perigosas que dão acesso ao Paraguai e só ficamos com as taxas. E depois recebemos todo o problema de volta?

O SR. FRANCISCO CARLOS GARISTO - Exatamente. Essa é a nossa...

O SR. PAULO ANTENOR DE OLIVEIRA - Só para complementar. Quando sai um contêiner, por exemplo, de Santos com destino ao Paraguai, existem lacres, existem rótulos. Mas isso não dá 100% de segurança. O que daria 100% de segurança é se tivesse um acompanhamento da Receita Federal e da Polícia Federal em todo o trajeto. Porque a fraude existe, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sempre colocamos a questão do porto e aeroporto. Mas nós temos um País com uma costa marítima que não tem qualquer tipo de controle nem de fiscalização. Os barcos... os navios vêm, os barcos se aproximam, trazem as armas, as drogas e tudo o mais e não passam pelo porto, não. Ou seja, ou se tem uma fiscalização, um controle da nossa costa marítima e das nossas fronteiras secas, ou nós não vamos... Através dos portos e aeroportos, vem um pouco para de vez pegar um pouquinho... Mas, de fato, eles passam por outro lugar. Então, o que chama a atenção é que no Brasil nós temos um porto no Paraná, onde o Paraguai tem uma área que parece que nem a Polícia Federal entra nem a Receita entra. É isso mesmo?

O SR. PAULO ANTENOR DE OLIVEIRA - É.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ou seja, não dá para agir. Ou seja, aí já tem... já passa por aqui e não se investiga. Imagine mais lá dentro do território brasileiro uma área onde efetivamente eles estão lá e podem fazer tudo. E como diz,



o contêiner pode sair, mas ele pode chegar ao Paraguai vazio, porque ele fica no Brasil. E há um retorno grande sobre isso aí.

Uma outra coisa que eu gostaria de verificar é sobre... O Sr. Garisto levantou a questão dos bens que são apreendidos do crime organizado. E o senhor falou muito bem que a questão não é... Ou seja, é um crime organizado, realizando uma ação terrorista. Está muito claro isso. No estatuto do PCC diz: "Nós queremos implantar o terror neste País". Está lá!

De fato, nós temos que fazer... A Itália conseguiu — através de uma pressão muito grande, muitos morreram. Mas enfrentaram a máfia e o terrorismo através de uma lei que era a inversão da prova. Ou seja, os bens eram confiscados e eles é que tinham que provar que conseguiram através de meios lícitos. Como não conseguiam, os bens já estavam sendo aplicados a partir do momento que tem. Então, eu acho que essa deve ser também uma preocupação, de a gente tentar colocar isso aqui no sentido... porque, como se diz, apodrece mesmo. O avião do comendador está aí, podia ser usado. Carros e mais carros que estão aí, lanchas e tudo o mais, mas não tem... Então, na realidade... E a polícia, às vezes, quer fazer uma fiscalização na nossa costa marítima mas não tem nenhuma, nenhuma, nenhuma lancha para poder ir lá verificar como é que está. Porque também tem essa questão. Por exemplo, no Estado... Aí, a polícia diz: "*Não, a competência é da Marinha*"; a Marinha diz: "*Não, nós só verificamos se o barco está em condição e se a documentação das pessoas está em...*" Aí se diz: "*A competência é da Polícia Civil*". A polícia diz: "*Não, não é nossa não, é da Polícia Federal, que tem que fazer*". Cada um vai transferindo as competências para outro. Como não tem estrutura para isso, termina todos tendo razão, porque não tem estrutura para fazer a fiscalização.

Quando V.Sa. falou, Sr. Garisto, sobre a questão do Suriname, os dados que nós temos sobre a presença de autoridades era da CPI do Tráfico... do Narcotráfico. O senhor disse que tem algumas e que não poderia... Mas eu acho que é importante, depois, se puder, revelar isso em caráter reservado para a Comissão, uma vez que nós estamos... O Embaixador do Suriname esteve aqui numa reunião e desconhecia tudo isso. Desconhecia até que uma das rotas é que vinha do porto lá de Antuérpia, passava aqui no Suriname, entrava no Brasil e ia ao destino final, que era a Colômbia. Muitos passam pelo Paraguai. Ou seja, na realidade, o nosso País, por não ter uma estrutura de fronteira... Eu estive agora mesmo no Projeto Calha



Norte e verifiquei. A única presença que tem lá é do Exército, em algumas áreas. Ou seja, ali pode-se entrar e sair. De vez em quando, se pega um, porque tem um cara que vai beber lá em... fazer uma festa lá em São Gabriel da Cachoeira e a polícia pega. Pronto. Mas, no geral, eles passam sem nenhum tipo de controle, porque eles não vão para aquele posto na Polícia Federal, lá perto de Tabatinga, do Anzol. Aquele posto que tem... a Base do Anzol. Eles não estão passando mais por ali, estão passando por outras áreas. E teve caso, lá, em que policiais civis do Estado do Amazonas passaram... Quer dizer, coniventes com aquilo, dizendo que iam levando preso traficante, só que, depois que passaram pela Base do Anzol, eles jogaram as coisas e ficaram. Houve uma partilha das coisas que ali estavam.

Eu queria verificar o seguinte. Veja. Você fala que é preciso ter uma unidade de ação, uma unidade de informações, quer dizer, deixar de lado aquela coisa. Mas o seguinte: nós começamos a ter essa desunião dentro da própria corporação. Conflito: auditores e técnicos; conflito: delegados e a PF, agentes. Ou seja, se nós queremos a unidade com os outros temos que resolver também esses nossos conflitos internos, porque não dá para unir com o outro se a gente está desunido aqui, não é?

Concordo plenamente com você, e essa é a nossa luta. Nós temos na bancada colocado a importância que tem aquele acordo que foi feito, ou seja, o Governo mandar uma medida provisória. Um técnico não pode descumprir aquilo que o Presidente, a Ministra da Casa Civil decidiram, determinaram. E ficam lá uns técnicos querendo ser mais do que o rei. E isso não dá para

Eu queria saber o seguinte: nós sabemos que há uma luta muito grande, tanto da Polícia Federal, para atingir na própria carne, tirar, eu não chamaria de policiais, foram bandidos que entraram através de concursos, concursados. Qual o percentual de pessoas que se envolveram também na questão do crime organizado tanto na Polícia Federal como na Receita Federal? Se tem dados sobre isso aí.

O SR. FRANCISCO CARLOS GARISTO - *(Ininteligível.)* de um ou de outro. Agora, eu tenho dados de que a Polícia Federal tem atuado, dentro de casa, de uma forma exemplar nesses últimos 3 anos, principalmente. Aqui, eu não gosto de me meter com esse negócio de PT, PFL, PSDB, mas as verdades não podem ser escondidas. Hoje, a Polícia Federal tem uma autonomia para trabalhar. Antigamente, a gente sofria algumas pressões. E hoje a gente sofre pressões de



terceiro escalão para baixo. Algumas pessoas que não gostaram. Que nem alguns técnicos aí que estão se aproveitando dessa vingança, que eu chamo, contra a Polícia Federal, porque diz que nós indicamos o Palocci, que não sei o quê, porque quebrou sigilo, que a Polícia Federal está investigando pessoa ligada a um partido ou outro. Às vezes, nós sofremos algumas vinganças dos técnicos, mas os Ministérios e o Presidente, de um modo geral, a gente não está sentindo isso, principalmente por parte do Ministro da Justiça, que tem nos dado... Ele nem quer saber o que um delegado está apurando ou o que um agente está investigando. Isso aí já é uma coisa muito boa para nós.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu sou testemunha disso.

O SR. FRANCISCO CARLOS GARISTO - Então... Não, isso é verdade. Eu atesto aqui. Eu costumo meter o pau em meio mundo. Já fui processado por outros Presidentes da República, porque falei que estava usando a polícia politicamente. Isso hoje não está ocorrendo. Ocorre, às vezes, pontualmente, alguns outros mais que gostam mais de um partido ou de outro, mas se ele for descoberto ele vai responder uma sindicância e um processo disciplinar. Agora, a nossa corrupção, porque corrupção não é privilégio de ninguém, é fruto do homem... Quando tinha 2, já tinha um corrupto lá sacaneando o outro. Então, na Polícia existe, como em todo o lugar; só que a nossa é apurada, vocês são testemunhas disso. Vai para rua delegado, agente, perito, escrivão, papiloscopista, servidor administrativo; vai para rua. Então, a gente tem botado muita gente na rua, muitas operações. E melhorou muito, internamente. Eu conheço alguns ladrõezinhos que estão aí em *stand by*, não querem mais roubar, porque sabem que, se arriscarem, vão para a rua. Eu conheço um monte de gente que não presta, que ainda está na polícia, mas você não consegue provar, assim como todos os outros. Mas eles estão quietos, eles não estão mais aprontando. Então, eu acho que é isso que o Governo tem que ter. É um controle sobre a corrupção. Ninguém acaba com a corrupção, mas tem que ter controle para não ficar endêmica ou epidêmica, não é?

O SR. PAULO ANTENOR DE OLIVEIRA - Bom, vou tentar puxar pela cabeça, mas me parece que são mais de 300 demissões na Receita Federal por atividades que não condizem com a atuação dos servidores. A Receita Federal tem um controle muito bom sobre o que cada servidor faz, tem condição de apurar qualquer uso indevido de sistema, até para quebra de sigilo fiscal, por exemplo,



muito rapidamente, e está desenvolvendo agora um projeto que não existe similar em administração nem federal, em nenhuma, que é a sindicância patrimonial, onde vai começar a verificar o servidor simplesmente pela aparência. Ele aparece com Ferrari lá, tem algo... Um imóvel que é totalmente incompatível, e a Receita vai fiscalizar para saber. Ele tem que dizer qual a origem daquele bem. Então, está desenvolvendo, acho que nos próximos meses aí, vai até apresentar resultado sobre isso. Porque o mau servidor tem que cair fora mesmo, não há espaço para isso nem na Receita e com certeza nem na Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Com certeza. Para concluir, o seguinte: a questão que nós levantamos é com... No que diz respeito a um tipo de ação criminosa onde o criminoso, ele transfere bens e recursos dele através dos laranjas. Há uma dificuldade muito grande, porque você acusa o criminoso lá, você vai fazer a quebra do sigilo e descobre que o cara é um pobrezinho, não tem bem nenhum. Agora, é preciso fazer a rede toda das conexões das empresas que estão ligadas a laranjas e que ele não coloca. Essa é uma dificuldade que parece que tem sido... Porque nas operações que vocês fazem, a gente pensa... a população tem a idéia de que vocês chegaram e fizeram uma operação no dia e... Quer dizer, houve todo um trabalho de inteligência para analisar e para pegar todo o esquema. Eu pergunto: com relação à questão da lavagem de dinheiro, que é um aspecto que... e a questão dos laranjas, como é que tanto a Receita como a Polícia Federal têm trabalhado nesses 2 aspectos?

O SR. FRANCISCO CARLOS GARISTO - Olha, a Polícia Federal tem um aprendizado mundial: italiano, americano, dos países mais avançados, que os traficantes de arma ou de drogas e os grandes corruptos, eles têm o maior calo do mundo, é a lavagem de dinheiro, porque todo crime é efetuado em busca do dinheiro. Você vê que o crime organizado, vamos dizer assim, do Rio de Janeiro, ele é diferente do crime organizado de São Paulo. O crime organizado do Rio, ele só parte para aquela baderna de ônibus quando ele vê ferido o seu interesse financeiro. Lá, quando sumiram aquelas armas do Exército e o Exército pressionou com aquela operação que acaba prejudicando a população, o coitado que mora na favela... Porque o traficante “espirrou”, como a gente fala, de lá. Aquele período que o Exército estava lá não tinha um traficante lá. Eles estavam em outro canto. Quem estava sofrendo era as crianças com aquele negócio de fuzil para baixo e para cima.



Então, aquilo é uma coisa para demonstrar força, para mostrar isso, aquela coisa e tal. Só que não precisa fazer aquilo. É só fiscalizar a boca deles. Eles diminuem o lucro e eles mesmo devolveram as armas, porque o crime organizado do Rio de Janeiro ele é prisional também, mas ele também é fora e busca lucro. O nosso crime organizado de São Paulo — quando eu falo nosso, porque eu sou de São Paulo —, é mais perigoso, ainda, se é que existe mais perigoso entre vender droga para uma criança ou tocar fogo num ônibus ou matar um policial. Não saberia dizer. Só que o crime organizado de São Paulo, ele é organizado quase que politicamente, objetivando isso: a quebra do sistema, do Estado. E o lucro deles é eventual. O do Rio, não. Do Rio, a forma é a meta deles. Então para você combater, você tem que combater o dinheiro sempre. E nós temos dificuldade para apurar crime de lavagem de dinheiro, porque normalmente nós temos grandes empresas e bancos envolvidos nisso também. Aí você mexe com banco, o cara está tendo 3 bi de lucro por ano. Para você conseguir a quebra de um sigilo fiscal e financeiro. Quando é do Zé Mané da esquina, é para amanhã. Te dão até de madrugada. Agora, quando entra o nome de alguém ou parente de alguém ou coisa parecida, ou ligado a banco... Parece que não pode tocar em banco no Brasil. Tocar em banco parece que está tocando no Vaticano. Aí todo mundo... Já cai o mundo na sua cabeça se você quiser mexer com a instituição financeira. E nós sabemos que a lavagem de dinheiro hoje não se dá mais naquela forma do Al Capone, não. Se dá através de algumas entidades financeiras mesmo, bancárias, famosas, que lucram bilhares de dinheiro, de dólares por ano. Se dá através disso aí. Está aí o Uruguai. O Uruguai hoje virou uma grande Suíça de lavagem e já está atuando no tráfico de armas. Respondendo àquela pergunta do senhor, o Suriname também. Nós atacamos o sistema de droga deles, eles mudaram para arma. É a mesma turma que vocês têm aqui. Eu não preciso dar o nome porque vocês já têm. É a mesma turma, os mesmos nomes, as mesmas patentes.

O SR. PAULO ANTENOR DE OLIVEIRA - Bom, é evidente que para você combater o crime organizado tem de acabar com o lucro do negócio. Vários especialistas dizem que o que importa não é nem o produto. O traficante trafica arma, droga, pessoas, rins e até CDs e DVDs. O que você tem que atacar são a logística e o lucro financeiro. Foi por isso que propusemos aqui o aperfeiçoamento do sistema de inteligência financeiro. O COAFI, que é um órgão reconhecido



internacionalmente como a unidade de inteligência financeira brasileira, não tem nem estrutura própria. Então, tem de ter atuação desse órgão com servidores da Receita, da polícia, do Ministério Público para fazer uma atuação de verdade, porque tem de atacar o dinheiro, pegar esse dinheiro e utilizar. Concordo. Têm de ser tomados o veículo, os recursos financeiros e utilizar em vantagem de quem está combatendo o criminoso. Depois, lá na frente, daqui a 10 anos, se descobriu que daqueles 100% 10 eram inocentes, se ressarce. Muito melhor do que deixar como vemos lá em Foz do Iguaçu. O pátio de Foz de Iguaçu de carros lá, ônibus, carro, tudo sendo sucateado, tudo sendo perdido, que se use aquilo ali em operações secretas, que não se queira identificar, ou use no dia-a-dia, mas que não deixe apodrecer. Na frente tem que ressarcir mesmo, se for provado para os poucos que provam que aquilo ali é dele, não tem nada de ilegal.

O SR. FRANCISCO CARLOS GARISTO - Eu pediria só 30 segundos?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim, com certeza.

O SR. FRANCISCO CARLOS GARISTO - Eu falei aqui de alguns sociólogos, psicólogos e “ólogos” que atuam na polícia, dando palpite e atrapalhando tudo, mas também temos exceções. Estou vendo o companheiro do Viva Rio, que faz um trabalho brilhante no Rio de Janeiro. Mas, às vezes, a gente fica chateado com o Viva Rio quando critica demais a ação policial e não busca saber as dificuldades. Nós sabemos que a polícia como um todo tem as suas dificuldades, tem as suas mazelas. Às vezes no tráfico de armas tem muito policial envolvido, mas também tem de ter uma Corregedoria forte para descobrir isso. Então, eu queria agradecer ao pessoal o trabalho do Viva Rio, porque realmente às vezes a gente fica chateado com eles, mas nós sabemos que é o trabalho de vocês e nós gostaríamos que vocês soubessem que é o nosso trabalho também. (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, só para insistir numa questão, que para mim aqui é importante para os procedimentos que quero discutir em termos do meu relatório. Quero insistir nessa questão dos navios, Paulo Antenor. O navio que chega ao porto, a Polícia Federal analisa a documentação dos tripulantes e dos passageiros, eventualmente, como se desembarcassem de um avião. Aí tem uma estação aduaneira, e a Recita Federal sobe a bordo para analisar a carga?



O SR. PAULO ANTENOR DE OLIVEIRA - Perfeito. Para deixar bem claro: o exemplo que eu dei de iate é iate vindo do Uruguai, aí é navio pequeno.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Certo, certo.

O SR. PAULO ANTENOR DE OLIVEIRA - Agora, o navio de carga, quem verifica a carga é a Receita Federal, ela sobe para verificar.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sobe para verificar a carga? A responsabilidade de fiscalização de todos os navios?

O SR. PAULO ANTENOR DE OLIVEIRA - De todos navios que chegam... todos os que estão dentro da lei, chegam ali, sim, que chegam ali e colocam...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - No caso, por exemplo, se é um navio de contêiner ela analisa a papelada. Ela não tem como...

O SR. PAULO ANTENOR DE OLIVEIRA - Não, a função da Receita é acompanhar o que está entrando. Então, a Receita tem a função de olhar toda a carga. Não estou dizendo aqui que ela olha, estou dizendo que é a função da Receita. Aliás, eu já disse que (*ininteligível*) só olha 1% da carga.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E quando tu falas a função da Receita, vocês técnicos, por exemplo, podem fiscalizar o navio?

O SR. PAULO ANTENOR DE OLIVEIRA - Nós fiscalizamos, apesar de muita gente dizer que não, mas nós fiscalizamos, nós olhamos a carga, olhamos o que tem dentro do contêiner. O técnico da Receita Federal faz isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Tanto os técnicos quanto os auditores.

O SR. PAULO ANTENOR DE OLIVEIRA - Os fiscais.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Fiscais.

O SR. PAULO ANTENOR DE OLIVEIRA - Os auditores fiscais também olham.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Vocês também sobem no navio, fiscalizam a carga...

O SR. PAULO ANTENOR DE OLIVEIRA - Mesmo navio, abrimos, olhamos o que tem dentro de contêiner.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito.

O SR. PAULO ANTENOR DE OLIVEIRA - Aliás, é uma questão que na lei nós estamos discutindo a Super-Receita, reconhecer que dentro da área aduaneira



o técnico... O que falta é a gente entrar no sistema e dar o.k. para o desembaraço. Se o senhor for a Foz do Iguaçu, à Ponte Internacional da Amizade, os servidores que estão lá fiscalizando são Técnicos da Receita Federal.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito.

Sr. Presidente, eu não teria mais nenhuma questão. Se V.Exa. me permite...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Pois não, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Além de agradecer a todos a participação, temos rapidamente um requerimento para ser analisado, que coloco imediatamente em discussão.

Requerimento nº 240/06, de autoria do Deputado Neucimar Fraga, que requer sejam convocados os Srs. José Luiz da Silva Medeiros, José Carlos de Souza, Cristina Oliveira dos Santos e que seja convidado o Dr. Cassius Valentin Baldelli.

Com a palavra o Deputado Neucimar Fraga, para discutir o requerimento.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Nobre Deputado, o motivo deste requerimento é ouvirmos as pessoas citadas. No dia de 3 junho agora foi desbaratada em Vitória, no Estado do Espírito Santo, uma quadrilha acusada pela Polícia Federal de tráfico internacional de armas. E para o bem desta CPI, para o bom andamento dos trabalhos, seria importante que nós pudéssemos ouvir tanto o delegado que está apurando o caso, como também os citados na reportagem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Considero aprovado o Requerimento nº 240/06.

Passo a Presidência dos trabalhos ao Deputado Neucimar Fraga.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós queremos agradecer aos expositores a oportunidade que concederam a esta Comissão Parlamentar de Inquérito de realizarmos a explanação aqui feita. São informações importantes para que esta Comissão possa formar juízo a respeito do sistema brasileiro, principalmente do trabalho desenvolvido pela Receita e pela Polícia Federal, as fragilidades das 2 instituições e a visão de representantes dessas 2 instituições sobre o problema que estamos enfrentando.



E as propostas aqui apresentadas com certeza serão analisadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito e pela assessoria técnica, para ver se é possível aplicarmos nas sugestões que esta Comissão dará também ao País no final do seu trabalho.

Portanto, queremos agradecer ao Paulo Antenor de Oliveira e ao Sr. Francisco Carlos Garisto a presença e a participação nesta audiência pública desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.